

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

NARA KALINE FERREIRA PETÇA

**A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA COMO INSTRUMENTO DE APOIO NA
TOMADA DE DECISÃO DE MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DA
MESORREGIÃO DO CENTRO-SUL PARANAENSE**

LARANJEIRAS DO SUL - PR

2021

NARA KALINE FERREIRA PETÇA

**A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA COMO INSTRUMENTO DE APOIO NA
TOMADA DE DECISÃO DE MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DA
MESORREGIÃO DO CENTRO-SUL PARANAENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Dr. Antônio Maria da Silva Carpes

LARANJEIRAS DO SUL - PR

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Petça, Nara Kaline Ferreira

A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA COMO INSTRUMENTO DE APOIO
NA TOMADA DE DECISÃO DE MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DA
MESORREGIÃO DO CENTRO-SUL PARANAENSE / Nara Kaline
Ferreira Petça. -- 2022.

96 f.

Orientador: Doutor Antônio Maria da Silva Carpes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
UTILIZAÇÃO INCORRETA!, Laranjeiras do Sul, PR, 2022.

1. Instrumentos de gestão financeira; ambiente
socioeconômico; potencialidades e limitações.. I.
Carpes, Antônio Maria da Silva, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

NARA KALINE FERREIRA PETÇA

**A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA COMO INSTRUMENTO DE APOIO NA
TOMADA DE DECISÃO DE MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DA
MESORREGIÃO DO CENTRO-SUL PARANAENSE**

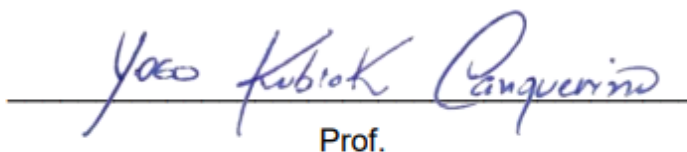
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito para obtenção do título de Bacharel.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
14/04/2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio Maria da Silva Carpes
Orientador



Prof.
Avaliador Yogo Kubiak Canguerino



Prof.
Avaliador Rafael Steffenon

Dedico esse trabalho de conclusão de curso primeiramente a Deus, por ter me dado sempre coragem, força e fé, apesar das diversas adversidades encontradas.

A minha mãe que foi a maior apoiadora em todas as situações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a minha família, pela paciência e dedicação, em especial, a minha mãe que sempre me incentivou a ir à luta, me dando ótimos conselhos e aquele abraço gostoso que acalma o coração;

Aos amigos e colegas, pela força e apoio ao longo desta jornada. Principalmente as minhas colegas de curso Amanda, Nathaly e Larissa, que estiveram ao meu lado durante toda esta etapa, contribuindo de forma imensa para a tão desejada formação, me motivando, incentivando e me auxiliando a enfrentar todos os problemas que surgiram no decorrer desses 5 anos.

Aos professores do curso, que contribuíram grandemente para o meu desenvolvimento e aprendizado.

Ao Prof. Orientador Dr. Antônio Maria da Silva Carpes, pela parceria, apoio e conselhos que permitiram uma melhor compreensão acadêmica e profissional e que não mediu esforços para me auxiliar em qualquer dúvida relacionada a esse estudo, o qual hoje posso dizer que é mérito nosso!

Grande abraço a todos.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar como os gestores percebem a adoção de instrumentos de gestão financeira em suas Micro e Pequenas Empresas da Mesorregião do Centro-Sul Paranaense. A pesquisa foi realizada a partir de levantamento de dados bibliográficos (documental) e de tipo survey, se caracterizando como uma pesquisa descritiva e quanto abordagem do problema se configura como predominantemente qualitativa. As empresas presentes no universo de pesquisa encontram-se sediadas na mesorregião Centro Sul do Estado do Paraná, apresentam os menores índices socioeconomicos do Estado, sinalizando uma carência de políticas públicas. Dentre os principais instrumentos de gestão financeira apontados pelas empresas, estão o controles relacionados ao caixa, sendo o próprio fluxo de caixa, o controle interno de caixa, controle de contas a receber e o controle de contas a pagar, sendo que estes controles tem relação direta com o fluxo de caixa, pois relatam as entradas e as saídas de dinheiro das empresas. As perspectivas estratégicas dos gestores apontam que a lentidão das tomadas de decisões tem possibilidade de estar atrelada a preocupação do gestor com a entrada e saída de recursos, fazendo com que o mesmo priorize ações que não sejam estruturadas em controles, ou seja, os gestores direcionam seu foco para a sobrevivência de suas empresas, ocasionando uma falta de visão voltadas para estratégias de crescimento empresarial.

Palavras-chaves: Instrumentos de gestão financeira; ambiente socioeconômico; potencialidades e limitações.

ABSTRACT

The present work sought to analyze how managers perceive the adoption of financial management instruments in their Micro and Small Enterprises in the Mesoregion of the Center-South of Paraná. The research was carried out from the collection of bibliographic (documentary) and survey data, characterizing itself as a descriptive research and when approaching the problem is configured as predominantly qualitative. The companies present in the research universe are based in the Central South mesoregion of the State of Paraná, they have the lowest socioeconomic indices in the State, signaling a lack of public policies. Among the main financial management instruments pointed out by the companies, are the controls related to cash, being the cash flow itself, the internal cash control, control of accounts receivable and the control of accounts payable, and these controls are related to directly with cash flow, as they report cash inflows and outflows from companies. The strategic perspectives of managers point out that the slowness of decision-making is likely to be linked to the manager's concern with the inflow and outflow of resources, causing him to prioritize actions that are not structured in controls, that is, managers direct their focus for the survival of their companies, causing a lack of vision focused on business growth strategies.

Keywords: Financial management instruments; socioeconomic environment; potentialities and limitations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa político-administrativa da Mesorregião Centro-Sul Paranaense....	20
Figura 2 – Processo de controle do contas a pagar.....	30
Figura 3 – Mesorregiões Paranaenses.....	34
Figura 4 – Representação de uma matriz swot.....	64
Figura 5 – Nuvem de palavras de pontos fortes.....	64
Figura 6 – Nuvem de palavras de pontos fracos.....	66
Figura 7 – Nuvem de palavras de ameaças.....	67
Figura 8 – Nuvem de palavras de oportunidades.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Média do PIB geral e dos 3 setores do Paraná e da Mesorregião Centro-Sul de 2010 a 2019.....	49
Gráfico 2 – Média dos municípios com os maiores valores do PIB nos 3 setores.....	50
Gráfico 3 – Municípios com os maiores valores do VAF industrial e de comércio e serviços nos anos de 2010 a 2019.....	51
Gráfico 4 – Tempo de atuação das MPEs respondentes.....	55
Gráfico 5 – Justificativas para contratação de financiamentos.....	58
Gráfico 6 – Prazo de quitação dos financiamentos.....	59
Gráfico 7 – Controles financeiros utilizados pelas MPEs na gestão de capital de giro.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Setor de atividade das MPes.....	53
Tabela 2 – Classificação das MPes da mesorregião Centro-Sul Paranaense.....	54
Tabela 3 – Orçamento de capital.....	56
Tabela 4 - Utilização de controles financeiros por parte das MPes.....	52
Tabela 5 – Tomada de decisão das MPes.....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características das MPEs.....	16
Quadro 2 – Classificação das MPEs conforme o SEBRAE.....	17
Quadro 3 – Óticas do gerenciamento dos recursos financeiros.....	25
Quadro 4 – Modelo Cs de crédito.....	31
Quadro 5 – Municípios que compõem a Mesorregião Centro-Sul paranaense.....	36
Quadro 6 – Índice de desenvolvimento humano municipal, seus componentes e a taxa de pobreza de 2000.....	37
Quadro 7 – Relação dos municípios e associações comerciais.....	40
Quadro 8 – Planejamento de coleta de dados.....	42
Quadro 9 – Dimensões base do questionário.....	42
Quadro 10 – Índice de desenvolvimento humano municipal, seus componentes e a taxa de pobreza de 2010.....	46
Quadro 11 – Renda per capta e IDH-M de 2010 e população estimada de 2021 dos 14 municípios em que as MPEs responderam ao questionário.....	47

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AEN	Agência Estadual de Notícias
ASN	Agência Sebrae de Notícias
ACIAC	Associação Comercial e Empresarial de Cantagalo
ACIFOZ	Associação Comercial e Empresarial de Foz do Jordão
ACEG	Associação Comercial e Empresarial de Goioxim
ACIG	Associação Comercial e Empresarial de Guarapuava
ACILS	Associação Comercial e Empresarial de Laranjeiras do Sul
ACEM	Associação Comercial e Empresarial de Marquinho
ACIP	Associação Comercial e Empresarial de Palmital
ACIAP	Associação Comercial e Empresarial de Pinhão
ACEPI	Associação Comercial e Empresarial de Pitanga
ACIRI	Associação Comercial e Empresarial de Reserva do Iguaçu
ACERBI	Associação Comercial e Empresarial de Rio Bonito do Iguaçu
ACET	Associação Comercial e Empresarial de Turvo
ACIERCAN	Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Cândói
ACO	Ativo Circulante Operacional
CACICOPAR	Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Centro Oeste do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
NCG	Necessidade de Capital de Giro
PCA	Passivo Circulante Operacional
PIB	Produto Interno Bruto
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
ICMS	Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.2.1	Objetivo Geral	21
1.2.2	Objetivos específicos.....	21
1.3	JUSTIFICATIVA	22
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	24
2.1	GESTÃO FINANCEIRA E SEUS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS	24
2.1.1	Planejamento financeiro	26
2.1.2	Fluxo de Caixa	27
2.1.3	Necessidade de Capital de giro	28
2.1.4	Controle de estoque	29
2.1.5	Administração de Contas a Pagar	30
2.1.6	Administração de Contas a Receber	31
2.2	PRÁTICAS GERENCIAIS EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	32
2.3	CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO PARANÁ.....	33
2.3.1	Caracterização do ambiente socioeconômico da mesorregião do centro-sul paranaense.....	35
3	METODOLOGIA	39
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	39
3.2	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	40
3.3	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS	43
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	45
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE SOCIECONOMICO EM QUE AS EMPRESAS PESQUISADAS ESTÃO INSERIDAS	45
4.1.1	Indicadores de desenvolvimento social: IDH, IDH-M e Taxa de pobreza.....	45
4.1.2	Indicador de crescimento econômico: PIB Preços Correntes	48
4.1.3	Indicador de desenvolvimento econômico: Valor Adicionado Fiscal (VAF)	51

4.2	IDENTIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA UTILIZADOS PELAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS SEDIADAS NA MESORREGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE	52
4.2.1	Caracterização do universo pesquisa	53
4.2.2	Orçamento de capital	56
4.2.3	Estrutura de Capital.....	57
4.2.4	Gestão de ativos de curto prazo	60
4.3	MAPEAMENTO DAS POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES PERCEBIDAS PELOS GESTORES DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS NA ADOÇÃO OU UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	64
5	CONCLUSÃO	69
	REFERÊNCIAS.....	72
	APÊNDICE - A	81
	APÊNDICE – B	83
	APÊNDICE – C	85
	APÊNDICE – D	86
	APÊNDICE - E	87
	APÊNDICE – F.....	88

1 INTRODUÇÃO

Conforme Passadori (2018), no cenário econômico atual é indispensável a execução da gestão empresarial, seja no setor comercial, administrativo ou financeiro. O que determina em qual complexidade os fatores da gestão devem avançar é o porte da organização, isto é, em organizações denominadas como: micro e pequenas empresas (MPes), médias e grandes empresas.

Micro e pequenas empresas possuem características e desafios próprios dentro do meio econômico e social, dado o mercado em que estão inseridas. Concomitantemente, têm enorme importância na participação do Produto Interno Bruto (PIB), visto que, conforme divulgado pelo Sebrae em 2014, às MPes correspondiam a 27% do PIB brasileiro, sendo que em dez anos a produção cresceu de R\$ 144 bilhões para R\$ 599 bilhões de reais, no período de 2001 a 2011 (SEBRAE, 2021).

Segundo Leone (1999), a gestão das MPes brasileiras está relacionada com a competitividade e inserção no mercado. O autor segrega as características em três dimensões: organizacionais, decisórias e individuais. Nesse contexto, Cezarino e Campomar (2006), apontam algumas semelhanças entre as interpretações do IBGE (2003) e Leone (1999), sobre as particularidades das micro e pequenas empresas brasileiras. A similaridade é em relação às características das MPes, sendo: gestão informal, baixa qualidade gerencial e escassez de recursos. No quadro 01 é possível observar as referidas características, segregadas em três dimensões.

Quadro 1 - Características das MPes

Especificidades Organizacionais	Especificidades Decisionais	Especificidades Individuais
Pobreza de recursos; Gestão centralizadora; Situação extraorganizacional; Fracá maturidade organizacional; Fraqueza das partes de mercado; Estrutura simples e leve; Ausência de planejamento; Fracá especialização; Estratégia intuitiva; Sistema de informação simples.	Tomada de decisão intuitiva; Horizonte temporal de curto prazo; Inexistência de dados quantitativos; Alto grau de autonomia decisória; Racionalidade econômica, política e familiar.	Onipotência do proprietário/dirigente; Identidade entre pessoa física e jurídica; Dependência perante certos funcionários; Influência pessoal do proprietário/dirigente; Simbiose entre patrimônio social e pessoal; Propriedade dos capitais; Propensão a riscos calculados.

Fonte: CEZARINO e CAMPOMAR (2006).

Observa-se (quadro 1) que algumas características elencadas em âmbito organizacional envolvem a centralização do processo decisório no proprietário, ausência de planejamento e estratégia intuitiva sem adoção de instrumentos gerenciais. Já aquelas intituladas de decisionais, relacionadas com o processo de tomada de decisão em nível estratégico, caracterizam-se pela ausência de dados e consequentemente informações que possibilitem minimizar os riscos inerentes à gestão.

Por fim, a dimensão que contempla características associadas às especificidades individuais é determinada principalmente pela baixa qualidade gerencial, falta de elaboração de estratégias competitivas e dificuldade na tomada de decisões, características essas, impulsionadas pela centralização na figura do dono da empresa (CEZARINO; CAMPOMAR, 2006).

Tavares e Ferreira (2009), observam que as MPes comparadas as empresas de grande porte, atuam mais dentro de uma lógica de reação que de inovação, com as decisões focadas no curto prazo de forma intuitiva, no intuito de permanecerem no mercado. Desse modo, se caracterizam pela baixa intensidade de capital e alta de mão-de-obra, porém com baixo nível de especialização.

Silva Neto (2011), afirma que as MPes têm relevância para o desenvolvimento econômico brasileiro, principalmente na geração de empregos, pois são elas que criam a maioria dos postos de trabalho disponíveis em nível federal, estadual e principalmente nos municípios pequenos.

No Brasil, as micro e pequenas empresas são classificadas de acordo com o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123), a qual se objetiva em estimular o desenvolvimento com viés voltado à geração de emprego, renda, inclusão social, fortalecimento econômico e também a redução da informalidade (BEUREN *et al*, 2013).

Conforme a lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, as MPes são classificadas e definidas de acordo com o seu faturamento, sendo: Microempresa, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) ao ano; Empresa de Pequeno Porte, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) ao ano (BRASIL, 2017).

Ribeiro (2014), faz a menção das Micro e Empresa de Pequeno porte salientando que esta lei é um Estatuto, no qual as denominações de sociedade simples, a sociedade empresária, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário. Este estatuto, ainda institui um regime unificado de arrecadação de tributos para estes negócios, ou seja, visa a desburocratização e o incentiva que os mesmos continuem funcionando. Entre os quais estão: o Simples Nacional; INSS; PIS; ICMS e outros.

Passadori (2018) destaca outro critério de classificação apresentado pelo Sebrae, o qual tem como parâmetro o número de empregados que atuam na empresa:

Quadro 2 – Classificação das MPes conforme o SEBRAE

Atividades econômicas voltadas ao comércio e serviços	
Micro empresa	Até 09 pessoas
Pequena empresa	De 10 a 49 pessoas
Atividades econômicas voltadas para a indústria	
Micro empresa	Até 19 pessoas
Pequena empresa	De 20 a 99 pessoas

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

As micro e pequenas empresas, são as responsáveis pelo abastecimento de empregos em todo o mundo, visto que possuem representatividade nos mercados globalizados. No Brasil, aproximadamente 52% de todos os trabalhadores urbanos têm carteira assinada, ou seja, este número totaliza-se em 13 milhões de empregos advindo das MPes (TEIXEIRA, 2014).

Simultaneamente, as MPEs são uma alternativa de emprego informal, visto que há uma grande proporção da força de trabalho que possuem pouca ou quase nenhuma qualificação, o que dificulta a inserção de trabalhador no mercado de trabalho (VIAPIANA, 2001).

Conforme estudo divulgado pela Agência Sebrae de Notícias (ASN) em 2017, no Brasil cerca de 52% das MPEs são familiares, as quais realizam uma gestão informal e possuem um membro da família como empregado ou sócio. Percebe-se uma predominância de micro e pequenas empresas brasileiras familiares, o que caracteriza a realidade do ambiente de pequenos negócios brasileiros (ASN, 2021).

Independente do critério de classificação utilizado, é possível identificar um perfil que caracteriza as MPEs, baseado em um sistema de informação simples, com forte dependência familiar, sendo protagonista a figura do proprietário. Além disso, percebe-se que as micro e pequenas empresas são grandes auxiliadoras do desenvolvimento econômico local, pois são fundamentais no que tange a geração de empregos, proporcionando aumento na renda das famílias e colaborando para a diminuição da desigualdade social, embora possuam altas taxas de mortalidade.

Nesse contexto, a qualificação no âmbito de gestão empresarial torna-se imprescindível para auxiliar na administração das MPEs e contribuir para a continuidade e permanência no mercado.

Entretanto, a falta de conhecimento dos instrumentos gerenciais por parte dos proprietários ainda é grande, impedindo o crescimento dessas empresas e contribuindo para sua mortalidade precoce, visto que, as decisões são tomadas por impulso e não por análise de informações da empresa, como por exemplo, os demonstrativos contábeis (MOTERLE; WERNKE; JUNGES, 2019). Os referidos autores acrescentam que as pequenas empresas apresentam certa dificuldade na análise e utilização desses instrumentos contábeis, financeiros e de custos.

Em 2014, a taxa de sobrevivência das empresas com até 5 anos de idade era de 30,2%. A sobrevivência/mortalidade das MPEs no Brasil é decorrente da combinação de quatro fatores: a situação do empresário antes da abertura do seu negócio (incluindo, o tipo de ocupação do empresário; experiência no ramo; motivação para abrir o negócio), o planejamento dos negócios, a capacitação em gestão empresarial e a gestão de negócio (SEBRAE, 2021).

Percebe-se que, no processo de desenvolvimento das MPEs, os gestores são fundamentais, pois são eles os responsáveis pela administração. Destacando que, o

empresário da atualidade não deve agir localmente, mas sim, ter uma visão global do segmento de atuação e conhecer profundamente sua empresa (PELISSARI; GONZALEZ; VANALLE, 2011).

Para Oliveira (2003), o papel do empresário na gestão das micro e pequenas empresas é amplo, visto que os mesmos estão envolvidos desde tarefas operacionais até as estratégicas e por conta disso, atuam de forma diferente das quais possuem grandes empresas.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

De acordo com o IPARDES (2004), o desenvolvimento progressivo do estado nos últimos anos, devido à alta modernização da base produtiva, tem maior concentração em alguns polos regionais fazendo com que haja disparidades entre as regiões. Por conta disso, ocorreu um aumento na desigualdade social, a qual fez com que as restrições para inserção no mercado de trabalho e as disparidades na apropriação de renda aumentassem.

O Paraná, tentando diminuir essas disparidades no estado, criou o Programa Bom Negócio Paraná que visa estimular e fortalecer as economias locais, ajudando e melhorando o ambiente de negócios, principalmente para as MPEs. Os empreendedores que participam do programa, além de cursos de capacitação gerencial gratuito, também têm acesso a uma linha de créditos com taxas de juros reduzidas (SETI, 2021).

No entanto, em algumas regiões a modernização se deu de forma mais lenta e os projetos e as políticas públicas que ajudariam os negócios a se fortalecerem já não se fazem tão presentes (SETI, 2021). O caso da Mesorregião Centro-Sul Paranaense, caracterizada por uma região predominantemente agrícola e com uma dimensão que contempla 29 municípios, pode enquadrar-se nesse referido contexto (figura 1).

Panosso (2019), relata que as prioridades de estratégias e liderança de custo, relacionadas com as possibilidades de influências na adoção das ferramentas gerenciais são de baixo nível em empresas paranaenses. Visto que, para compreender melhor o ambiente organizacional, bem como os resultados de uma empresa, é imprescindível a adoção de práticas de gestão empresarial, como instrumentos de contabilidade e administração que podem subsidiar os gestores com informações no processo de tomada de decisão (KLEIN; BRITO, 2017).

No entanto, Bastos *et al* (2011), salientam a escassez de estudos que enfatizam o entendimento de como a adoção de práticas gerenciais são indispensáveis para a compreensão do andamento de uma empresa, pois além de exercerem grande impacto sobre os resultados organizacionais, a adoção desses instrumentos são fundamentais para melhorar a forma de conduzir e gerir um negócio.

Diante do exposto, acena uma lacuna de pesquisa para avançar nos estudos que entenderão a adoção de instrumentos de gestão pelas micro e pequenas empresas, em especial no universo delimitado pela Mesorregião Centro-Sul do Paraná. Nesse sentido, a pesquisa parte da seguinte indagação: Como os gestores percebem a adoção de instrumentos de gestão financeira em suas Micro e Pequenas Empresas da Mesorregião do Centro-Sul paranaense?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como os gestores percebem a adoção de instrumentos de gestão financeira em suas Micro e Pequenas Empresas da Mesorregião do Centro-Sul Paranaense.

1.2.2 Objetivos específicos

- a. Caracterizar o ambiente socioeconômico em que as MPEs da Mesorregião Centro-Sul paranaense estão inseridas;
- b. Identificar os instrumentos de gestão financeira utilizados pelas Micro e Pequenas Empresas;
- c. Mapear as potencialidades e limitações percebidas pelos gestores das Micros e Pequenas Empresas no ambiente de atuação das Micros e Pequenas Empresas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Passadori (2018), chama atenção para a existência de limitações em relação aos conhecimentos de gestão financeira pelos empresários brasileiros. Tentando mostrar essa relação entre as limitações com o conhecimento o Sebrae realizou pesquisas sobre a qualificação dos gestores que estão à frente das empresas brasileiras, constatou que encontram-se na sua maioria (43%) em nível de ensino fundamental, com apenas 19% possuindo ensino superior completo ou incompleto (SEBRAE, 2021).

Conforme Santos, Dorow e Beuren (2016), o crescimento das MPEs pode ser inibido pela falta de aprimoramento dos gestores em relação ao conhecimento dos instrumentos gerenciais, visto que há má utilização dos mesmos. Isto é, a falta de uso e adoção de instrumentos financeiros ou a ausência de assistência são fatores que estimulam a mortalidade adiantada de pequenos empreendimentos.

Nesse sentido, a escolha deste tema se deu devido ao interesse em analisar como ocorre a adoção de instrumentos de gestão financeira pelas Micro e Pequenas Empresas e entender como a utilização desses instrumentos influenciam nas tomadas de decisões dos proprietários.

O enfoque desta pesquisa é justificado pela relevância econômica das micro e pequenas empresas no âmbito nacional. Segundo estudo realizado pelo Sebrae (2020), no ano de 2020 registrou-se o maior nível de empreendedorismo da história brasileira, pois a população percebeu na atividade empreendedora uma forma de aumentar a sua renda. Nesse período, as MPEs representaram cerca de 99% de todas as empresas do país, as quais eram responsáveis por 30% do PIB brasileiro.

Dessa forma, tendo em vista o potencial de crescimento econômico que estas modalidades de empresas representam, o aperfeiçoamento de técnicas de gestão torna-se essenciais na medida em que o conhecimento mínimo de administração gerencial é imprescindível para a análise da saúde financeira da empresa.

Em âmbito teórico a pesquisa contribuirá com estudos como o de Buffon *et al*, (2019), que trataram da gestão comercial das MPEs do sudoeste paranaense, assim como pesquisas (ANDRADE, 2014; LUCION, 2005) que observaram o uso de ferramentas de planejamento para a tomada de decisão. A presente pesquisa, pretende contribuir ainda com estudos (BASTOS ET AL, 2011; KLEIN,BRITO, 2017)

relacionados à adoção e conhecimento das práticas de gestão financeira (MOTERLE, WERNKE, JUNGES, 2019) pelos gestores das MPEs.

Ademais, este estudo pode ser uma fonte de consulta para pesquisas posteriores e também para empreendedores, possibilitando que os mesmos possam fazer análises, avaliar e aprimorar sua forma de conduzir e gerir seu negócio. Da mesma forma, auxiliando as prefeituras, associações empresariais locais, universidades e outros órgãos, na criação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento econômico e social local.

Esta pesquisa, poderá contribuir com o universo dos profissionais de contabilidade, ao permitir ampliar o leque de serviços ofertados aos seus clientes. Os resultados da pesquisa podem apontar informações contábeis que sejam mais úteis às micro e pequenas empresas.

Ademais, esta pesquisa estará auxiliando profissionalmente a pesquisadora, visto que um dos motivos para a escolha do tema é o âmbito pessoal. Além do fato do trabalho ser requisito para qualificação profissional, a acadêmica é gestora de uma microempresa de doces, chamada NK Doceria. Pretende-se, com os resultados da pesquisa, ampliar a percepção da importância da adoção dos instrumentos de administração e do processo de tomada de decisões, contribuindo para a saúde financeira do negócio.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A administração financeira ciência identifica, mensura, interpreta e repassa informações que auxiliam os gestores a alcançarem seus objetivos organizacionais. Caracterizando-se como uma junção de técnicas que permitem a observação dos dados da empresa de forma analítica auxiliando nos trâmites internos (SANTOS; DOROW; BEUREN, 2016).

Ademais, possibilita auxiliar os processos financeiros das empresas, como o processo de tomada de decisões dos gestores, inclusive agregando atenção para a contabilidade e valor a empresa (SANTOS; DOROW; BEUREN, 2016). Além disso, todas as empresas necessitam de informações administrativas para gerir o seu negócio, inclusive as micro e pequenas empresas.

Diante disso, a revisão de literatura estabelece conceitos que são fundamentais para apoiar a discussão dos resultados da proposição de pesquisa. Nesta seção, são tratados conceitos de gestão financeira, práticas gerenciais em micro e pequenas empresas e o ambiente socioeconômico do Paraná, em especial da mesorregião Centro-Sul paranaense

2.1 GESTÃO FINANCEIRA E SEUS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS

O mecanismo que se revela na atualidade como imprescindível para o andamento das empresas, conforme Silva (2011), é a gestão financeira, pois é ela que dá suporte aos empreendimentos auxiliando não apenas na execução dos compromissos financeiros, mas também no entendimento das potencialidades de desenvolvimento do negócio, além disso, é necessário que as empresas e seus gestores se adaptem às novas realidades decorrentes do meio em que estão inseridas.

A gestão financeira dentro das empresas, conforme Couto; Fabiano; Ribeiro (2012), se volta para o gerenciamento dos recursos financeiros sob três óticas (quadro 2). Sendo que a gestão eficiente nessas óticas, melhora o fluxo de caixa e aumentam as riquezas para a empresa.

Quadro 3 - Óticas do gerenciamento dos recursos financeiros.

1)	Gestão de ativos de longo prazo (orçamento de capital);
2)	Gestão de capital de longo prazo (estrutura de capital);
3)	Gestão de ativos de curto prazo (contas a receber, estoque, capital de giro).

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A gestão de ativos de longo prazo, que também se denomina como orçamento de capital, é um esboço do planejamento de investimentos em ativos fixos. O processo de orçamento capital implica em investimentos fixos, os quais necessitam de um planejamento prévio necessários para executar seus projetos. Os investimentos aliados aos financiamentos, configuram-se como o fluxo de caixa de uma empresa (ABENSUR, 2013).

Brito, Batistella e Corrar (2006), relatam que a estrutura de capital ou a gestão de capital a longo prazo, refere-se ao modo que as empresas utilizam o capital próprio e de terceiros para subsidiar seus ativos. Capital próprio são os recursos disponibilizados pelos sócios ou acionistas, ao passo que capital de terceiros são os recursos adquiridos através de dívidas.

Em relação a gestão de ativos de curto prazo, conforme Santos; Ferreira e Faria (2009), suas aplicações de recursos encontram-se no capital de giro, inserindo-se nas decisões de curto prazo que envolvem a administração de ativos e passivos circulantes. Nesse sentido, ativo circulante configura-se no caixa, estoques, contas a receber e títulos negociáveis, sendo que o contas a receber e os estoques são os itens mais representativos deste ativo.

A administração financeira deve ser fundamentada em informações confiáveis, as quais devem evidenciar os riscos. É necessário que instrumentos de gestão sejam usados para diminuir riscos, auxiliando no planejamento e controle das diretrizes que dão suporte ao processo de tomada de decisões (MENEGOTTO et al, 2010).

Rasoto *et al* (2012), esclarecem que a contabilidade é um importante instrumento de apoio para a gestão financeira e a tomada de decisões pela empresa, visto que informações levantadas pela área contábil, auditoria, contabilidade de custos, análise e interpretação de balanços e outros.

A seguir serão apresentados alguns instrumentos de gestão financeira mencionados na literatura, entre eles, o planejamento financeiro; fluxo de caixa; controle de estoque; necessidade de capital de giro; controle de contas a pagar e controle de contas a receber. Compreender a finalidade e seu uso na gestão das organizações, permitirá observar a gestão de capital e investimentos utilizados pelas organizações.

2.1.1 Planejamento financeiro

Lucion (2005), realizou um estudo sobre principais autores da administração financeira empresarial e as principais etapas do processo de planejamento financeiro e constatou que o planejamento financeiro se configura como uma ferramenta imprescindível para a estratégia empresarial e a administração financeira.

O planejamento financeiro baseia-se em dar sustentação necessária para executar planos estratégicos de curto e longo prazo, visando atingir as metas orçamentárias calculadas. Através deste instrumento, as metas estabelecidas atingem bons resultados, visto que o planejamento financeiro, está relacionado com os elementos da política de investimentos e financiamento da empresa (LUCION, 2005).

Conforme Lucion (2005), este instrumento é imprescindível, pois oferece o aval que a política de crescimento, concede a sustentação da administração financeira sem pôr a riscos as finanças empresariais, além de contribuir imensamente para a continuidade da organização. Também, é um fator chave para o sucesso da empresa, visto que, contribui para que o planejamento estratégico tenha sucesso.

Já Oliveira (2012), que analisou a importância do planejamento financeiro para as empresas, diz que este, configura-se como um processo usado para calcular quando e quanto de financiamento a empresa necessita para dar andamento às atividades. Ou seja, sem um planejamento adequado que estime a necessidade de financiamento da empresa, ela pode ficar sem ter como arcar com as suas obrigações, podendo ficar inadimplente.

O planejamento financeiro se caracteriza por três aspectos: o primeiro são as indicações para o futuro, no qual é realizado uma análise das condições atuais das empresas e de projeções ou estimativas esperadas para o futuro. O segundo é a flexibilidade na aplicação, que variam conforme as transformações do mercado e por fim, ao passo que o terceiro é a participação direta dos responsáveis, na qual são

exercidos os princípios da responsabilidade e autoridade, observando criteriosamente o planejamento e o controle financeiro (OLIVEIRA, 2012).

Já as vantagens de se fazer um planejamento financeiro, conforme Oliveira (2012), são: a) disciplina nas operações, sendo que devem ser procurados atingir os objetivos propostos, além de ajudar a melhorar o trabalho em equipe; b) Distinguir o necessário e o supérfluo, ou seja, todos os recursos a serem aplicados, onde não resultará em maior rentabilidade, devem ser considerados supérfluos; c) senso de responsabilidade em relação ao lucro previsto, o qual é elaborado juntamente com todos os colaboradores, cada um tendo sua responsabilidade no lucro final; e d) a prática de administrar por exceção, a qual possibilita identificar os pontos fracos de uma empresa, permitindo rápida correção.

Em suma, o planejamento financeiro não se objetiva somente no sucesso financeiro da empresa, ele é essencial para o sucesso pessoal e profissional. O gerenciamento das finanças, exercido de modo adequado é o que difere os sonhadores de realizadores (OLIVEIRA, 2012).

2.1.2 Fluxo de Caixa

Estudos como de Friedrich e Brondani (2005) e Moterle; Wernke; Junges (2019), tentaram entender o conhecimento dos gestores, a importância e a aplicação do fluxo de caixa em empresas, visto que este instrumento visa melhores resultados às empresas. Na prática constataram, que há má utilização deste instrumento por parte dos gestores, ocasionando em mortalidade precoce das empresas.

O fluxo de caixa, conforme Friedrich e Brondani (2005), configura-se nos controles de movimentação de caixa, registros, entradas e saídas dos recursos financeiros que ocorreram em um determinado período. Ou seja, este instrumento de gestão deve sempre estar sendo revisto e atualizado podendo ser utilizado nas tomadas de decisões.

Para Moterle; Wernke; Junges (2019), o fluxo de caixa é um demonstrativo de todas as entradas e saídas calculadas para um determinado período, o qual possibilita avaliar a situação financeira que a empresa se encontra, assim como identificar o resultado que a mesma apresentou. Além disso, por meio deste instrumento, é possível, conforme Friedrich e Brondani (2005), adotar medidas que possibilitem melhor gestão dos recursos, evitando problemas de liquidez e insolvência.

Aplicando corretamente o fluxo de caixa, o administrador saberá o quanto a empresa é independente financeiramente, a partir da análise da capacidade da empresa em gerar recursos para cumprir as obrigações financeiras. Além disso, também possibilita uma avaliação da capacidade de financiamento do capital de giro próprio da empresa ou se a mesma vai depender de recursos externos (FRIEDRICH; BRONDANI, 2005).

Friedrich e Brondani (2005) observam que nas empresas são utilizadas algumas formas de fluxo de caixa, entre elas estão: fluxo de caixa projetado ou orçamento de caixa, que se tenta antecipar as situações relacionadas ao caixa das empresas, ou seja, ele prevê os pontos críticos que a empresa poderá enfrentar. Outro tipo, diz respeito ao Fluxo de caixa histórico, o qual refere-se ao desempenho passado pela empresa tendo a finalidade de esclarecer os pontos críticos do desempenho financeiro da empresa, auxiliando nas tomadas de decisões.

Para elaborar um fluxo de caixa, devem ser utilizadas as técnicas gerenciais, visando projetar as vendas e os custos do negócio, diminuindo ou eliminando os desperdícios no caixa. Assim, o fluxo de caixa se constitui em um instrumento de grande importância para as empresas, visto que ele proporciona agilidade e segurança nas atividades, além de reportar a situação econômica da empresa (FRIEDRICH; BRONDANI, 2005).

2.1.3 Necessidade de Capital de giro

Quanto à necessidade de capital de giro, Braga (1991), expressa que está relacionado com a parcela de capital da empresa que está aplicada em seu ciclo operacional, ou seja, se constitui em um processo de planejamento e controle dos recursos financeiros da empresa que estão aplicados no ativo circulante.

Esses recursos resultam das obrigações que irão vencer no curto prazo retratadas no passivo circulante, nas exigibilidades de longo prazo e no patrimônio líquido, no que se refere aos ativos não circulantes. Este instrumento exige atenção diariamente dos gestores, pois qualquer falha pode comprometer a capacidade de solvência da empresa, prejudicando assim, a sua rentabilidade (BRAGA, 1991) .

Fusco (1996), define este instrumento como o conjunto dos ativos circulantes e exigibilidades de curto prazo, que inclui contas a pagar, empréstimos bancários e

aplicações de curto prazo. Sendo assim, o papel deste instrumento é manter a saúde financeira da empresa.

A necessidade de capital de giro (NCG), segundo Seidel e Kume (2003), é oriunda das aplicações nas contas do Ativo Circulante Operacional (ACO) menos as origens derivadas do Passivo Circulante Operacional (PCO). Este instrumento pode variar por conta das alterações dos preços dos estoques, mudança nos prazos de pagamento e recebimento e outros.

Nesse contexto, uma NCG negativa indica que as saídas do caixa acontecem depois das entradas no caixa, sendo o PCO uma fonte de recursos para a empresa. Por outro lado, NCG positiva indica que ocorrem ao contrário da negativa, com isso há uma necessidade de aplicação permanente de fundos, ou seja, ela sendo positiva, deve ser financiada com os fundos permanentes de uso da empresa (PIRES, 2013).

2.1.4 Controle de estoque

Martelli e Dandaro (2015) analisaram o planejamento e o controle de estoques nas organizações e constataram que o estoque tem a funcionalidade de regular o fluxo de matérias primas da empresa. Ou seja, a entrada de materiais é divergente da saída, sendo assim, se faz necessário um controle que sinalize essas variações.

O controle de estoques é preocupante para todas as empresas, pois o gerenciamento deste instrumento é imprescindível para o custo e o preço final dos produtos. Os estoques configuram-se como um conjunto de matérias primas, produtos prontos, produtos em fabricação, material de embalagem e outros (ANDRADE; OLIVEIRA, 2011).

Ademais, os autores já mencionados salientam que o estoque não é somente os produtos que estão em armazenamento nos depósitos, mas também os produtos que estão expostos nas prateleiras das empresas. Assim, surge o gerenciamento de estoque, que visa controlar tudo que entra e tudo que sai. A função do controle de estoque é controlar a quantidade armazenada de produto, definir quando há necessidade de repor produtos, organizar conforme utilizado pela empresa (ANDRADE; OLIVEIRA, 2011).

Administrar estoques, conforme Andrade e Oliveira (2011), serve para minimizar o efeito causado pelo não planejamento da produção, ou seja, quando a

empresa não planeja a sua produção conforme a sua demanda, poderá ter o risco de excesso ou falta de produtos.

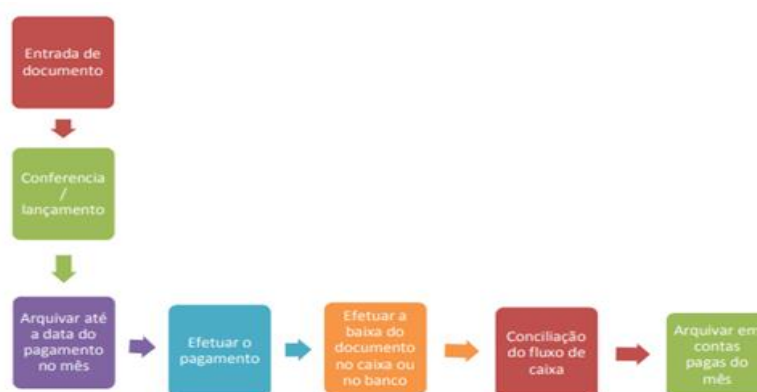
Em resumo, o controle de estoque é a realização de um planejamento para que haja um vistoria mento periódico dos produtos existentes dentro de uma empresa, com o objetivo de manter um equilíbrio entre estoque e consumo (MARTELLI; DANDARO, 2015).

2.1.5 Administração de Contas a Pagar

Silva (2013) realizou um estudo de caso sobre o contas a pagar de duas empresas, diz que a administração das contas a pagar, refere-se às obrigações da empresa com terceiros, por meio da prestação de serviços ou compra de mercadoria. Esse instrumento possibilita visualizar os compromissos assumidos pela empresa, assim como o controle de datas de vencimentos das obrigações

Uma administração eficiente das contas a pagar, está atrelado a melhores oportunidades para a empresa. Essa administração pode ser observada por meio de um fluxograma (figura 3) que ilustra um processo para ter êxito neste controle.

Figura 2 - Processo de controle do contas a pagar.



Fonte: SILVA (2013).

Estabelecer um fluxograma da rotina de trabalho pode ajudar a melhorar o controle interno de uma gestão eficaz do contas a pagar, pois auxilia na organização, na avaliação de melhores oportunidades, de novos compromissos a serem assumidos, mas claro que com o estabelecimento de prioridades de pagamentos (SILVA, 2013).

Uma empresa que aplica o controle de contas a pagar, conforme Mendonça (2010), realiza uma estratégia para melhor administrar seus negócios, visto que por meio deste controle, a empresa não ficará sem honrar com seus compromissos. Sendo assim, o contas a pagar tem o objetivo de averiguar, controlar e realizar os pagamentos de contas.

2.1.6 Administração de Contas a Receber

Silva, Fonseca e Bitarias (2017) estudaram a administração do capital de giro nas micro e pequenas indústrias de fundição de Divinópolis, MG, referindo-se a contas a receber como parte do capital de giro, no que diz respeito às vendas a prazo. Além disso, para que de fato haja recebimento, a gestão desse instrumento deve abranger o planejamento, o controle, a política de crédito e a cobrança.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003) destacam que o contas a receber é um dos mais importantes ativos de uma empresa, resultante das vendas de mercadorias a prazo, ou seja, da concessão de crédito para os clientes. Passadori (2018), concorda com esta visão, e reitera que as contas a receber são oriundas das vendas a prazo e demandam de um acompanhamento especial.

Em relação a concessão de créditos, Gitman (2010), frisa que existem técnicas que analisam e apontam o grau de confiabilidade para fornecer crédito aos clientes. Entre essas técnicas, o autor cita o modelo Cs de crédito (quadro 3), o qual é bastante eficaz para esta análise.

Quadro 4 - Modelo CS de crédito.

a)	Caráter: refere-se a vontade do cliente em pagar suas dívidas, mostrando sua índole, ética e senso moral.
b)	Condições: trata-se da capacidade do administrador de gerir um negócio, o grau de especialização e a comercialização da empresa.
c)	Capacidade: diz respeito aos fatores externos a empresa que possam afetar seu desempenho, prejudicando a capacidade de honrar compromissos.
d)	Capital: Aborda o estudo do patrimônio da empresa.
e)	Colateral: Demonstra a capacidade do cliente em oferecer garantias colaterais.

Fonte: FERREIRA (2010).

Em suma, Passadori (2018), analisou como os gestores adotam instrumentos de gestão financeira e os fatores inibidores e motivadores da adoção. O autor, relata que este instrumento é essencial para a gestão financeira de uma empresa, sendo necessário que haja um acompanhamento cuidadoso de como se comporta o saldo de contas a receber, vencimentos e vencidos, auxiliados com a prática de política de crédito e cobrança coerente. Confrontando estes com o faturamento mensal e a liquidez da empresa e evitando impactos negativos no fluxo de caixa e no capital de giro.

2.2 PRÁTICAS GERENCIAIS EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Santos; Dorow; Beuren (2016), autores do artigo práticas gerenciais em micro e pequenas empresas, caracterizam as MPEs por não utilização de instrumentos gerenciais para auxiliar nas tomadas de decisões, visto que elas são tomadas por improviso e pela intuição dos gestores. Os autores ainda destacam, que os gestores das MPEs, não veem o profissional de contabilidade como capaz de ajudar na administração de suas empresas.

Conforme divulgado por Santos; Dorow; Beuren (2016), há uma certa utilização da administração financeira, no entanto, conforme a empresa vai crescendo, há uma tendência de diminuição de utilização dessa ferramenta. Além disso, os autores mencionam que o administrador não é o proprietário da empresa.

Esta não utilização de instrumentos gerenciais, aliadas a divisão do trabalho, registros contábeis, planos de marketing e certificação, são características que diferenciam as MPEs mal-sucedidas das bem-sucedidas, pois as bem-sucedidas fazem uso dessas ferramentas (SANTOS; DOROW; BEUREN, 2016).

Passadori (2018), que analisou a gestão financeira praticada pelas MPEs do Alto do Vale do Itajaí - SC, buscou entender como os gestores adotam instrumentos de gestão financeira, principalmente o que motiva e o que desmotiva essa adoção. Os resultados da pesquisa constatarem que o Brasil vivia um momento de competição nos mercados comerciais e neste cenário, a prática cotidiana no contexto financeiro seria diminuição de margem e também o aumento de prazo de vendas para continuar competitivo.

Nesse contexto, Passadori (2018), ressalta que os micros e pequenos empresários brasileiros buscam outras formas para amenizar esse impacto financeiro negativo, como a inovação de produtos e serviços, que fazem com que haja um aumento no faturamento. Assim, reduzindo a procura por capital de terceiros para financiar os déficits no caixa.

A concentração do poder decisório somente no proprietário é outra característica que não auxilia as MPEs. Os pequenos empreendimentos detêm baixa qualificação em gestão e pouca capacidade financeira, dificultando o autofinanciamento e o avanço tecnológico da empresa (PASSADORI, 2018).

Resumidamente, conforme (PASSADORI, 2018), a prática de gestão financeira em MPEs se baseia nas dificuldades em adotar e utilizar instrumentos gerenciais, somando-se ao fato da inexistência de um planejamento financeiro e estratégico, o que reflete diretamente no resultado da empresa, ocasionando a mortalidade das mesmas logo nos seus primeiros anos de funcionamento.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO PARANÁ

O processo de desenvolvimento da economia paranaense começou no século XX, com a expansão cafeeira, a qual transformou o estado do Paraná no mais importante produtor de café do Brasil (TRINTIN, 2016). Atualmente, o Paraná é a quinta maior economia estadual brasileira, voltada principalmente ao setor agroindustrial e também à atividade industrial (IPARDES, 2021).

A produção do estado atende os mercados regionais e nacionais, mas boa parte da produção abastece o mercado internacional, colocando o Paraná entre os 10 principais estados exportadores do Brasil, entretanto, a estrutura econômica do Estado está distribuída dentro da área metropolitana da capital, onde representa 44% do PIB da população paranaense (IPARDES, 2021).

Conforme divulgado pela Agência Estadual de Notícias (AEN), o PIB brasileiro cresceu 1,07% no primeiro trimestre deste ano, adicionando R\$ 158,4 bilhões a atividade econômica, impulsionado pelo crescimento na indústria e no setor de serviços (AEN, 2021).

O Paraná é o 5º Estado brasileiro em termos populacionais, com 11.516.840 habitantes, na dimensão social o estado apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,749. Em relação aos rendimentos domiciliares per capita do estado é de R\$1.508,00 reais, com uma área territorial de 199.298,984 km (IBGE, 2021). A seguir apresenta-se a figura 3 com o mapa de distribuição das 10 mesorregiões paranaenses.

Figura 3 - Mesorregiões paranaenses



Fonte: IPARDES (2004).

Conforme divulgado pelo IPARDES (2004), em 2000 haviam três mesorregiões que se diferenciavam das demais, sendo a Metropolitana e Curitiba, Norte-Central Paranaense, Oeste Paranaense, devido aos seus números populacionais significativos, que apresentavam altas taxas de crescimento populacional e graus de urbanização elevado. Outra mesorregião que se destacava era a Centro-Oriental Paranaense, pois também apresentava alto grau de urbanização e crescimento. As outras tinham baixo crescimento e algumas até negativo.

Já em relação ao ensino e a educação, as mesorregiões Norte Pioneiro e Centro-Ocidental Paranaense, no ano de 2000 apresentaram uma média de pessoas não alfabetizadas de 14%. Verifica-se ainda, que a escolaridade média do estado é de 5 anos, com disparidades entre as mesorregiões, como é o caso da Centro-Sul

Paranaense, que apresentava a mais baixa média de anos de estudo, sendo 3,7%, diferentemente da Sudeste Paranaense, Sudoeste-Paranaense e Noroeste Paranaense que apresentavam respectivamente 4,1% e 4,3% da média de escolaridade (IPARDES, 2004).

Botassio e Oliveira (2015), salientam que o desempenho por setores das mesorregiões não é uniforme, visto que administração pública, a agropecuária e a indústria, são as que apresentam o menor desempenho. No entanto, o agronegócio é extremamente forte em algumas regiões, correspondendo a grande parte do produto e das exportações do estado, tornando evidente o contraste econômico entre as mesorregiões.

Neste contexto, se faz importante ressaltar o crescimento do emprego nas mesorregiões Norte Central e Noroeste, as quais juntas somam 456.673 mil novos postos de trabalho. Mas, é nas mesorregiões Sudoeste e Centro-Sul que se encontra o maior crescimento de empregos formais, na ordem de 48,27% e 39,81% (BOTASSIO; OLIVEIRA, 2015).

Contudo, a mesorregião Centro-Sul Paranaense, conforme divulgado pelo IPARDES (2004), é região que apresenta os menores indicadores sociais, com IDH-M abaixo da média do estado, baixo nível de implementação de políticas públicas ocasionando em falta de serviços básicos de educação e saúde. Além disso, 7 dos 10 municípios paranaenses mais pobres, se localizam nesta mesorregião, sendo que a pobreza atinge 1/3 das famílias. Diante disso a próxima sessão tratará especificamente desta mesorregião.

2.3.1 Caracterização do ambiente socioeconômico da mesorregião do centro-sul paranaense

A Mesorregião Centro-Sul, de acordo com informações do IPARDES (2006), se localiza no Terceiro Planalto Paranaense, configurando-se como a região de maior extensão do território paranaense e também mesorregião está entre as que possuem a menor contribuição para formação da renda estadual. A mesorregião contempla 29 municípios, os quais são:

Quadro 5 – Municípios que compõem a Mesorregião Centro-Sul paranaense

Municípios			
Porto Barreiro	Virmond	Guarapuava	Pinhão
Laranjeiras do Sul	Pitanga	Candói	Cantagalo
Turvo	Rio Bonito do Iguaçu	Palmital	Santa Maria do Oeste
Laranjal	Boa Ventura de São Roque	Goioxin	Reserva do Iguaçu
Marquinho	Palmas	Mangueirinha	Mato Rico
Coronel Domingos Soares	Honório Serpa	Quedas	Nova Laranjeiras
Foz do Jordão	Clevelândia	Inácio Martins	Espigão Alto
Campina do Simão			

Fonte: Elaborado pela autora (2021), adaptado de FACIAP (2021).

No ano de 2000, a estrutura ocupacional da mesorregião Centro-Sul encontrava-se voltada as atividades do meio urbano, pois somente 39% da população da região se ocupavam no meio rural, sendo assim 61% das ocupações da região se encontravam nas cidades (IPARDES, 2004).

Além destas, o comércio varejista, o setor de serviços, atividades administrativas (técnicos e profissionais), indústrias de madeira e no ensino, possuem expressivas oportunidades de empregos nos municípios maiores. Outros sim, municípios menores apresentam fraca diversificação setorial (IPARDES, 2006).

A mesorregião Centro-Sul, conforme divulgado pelo IPARDES (2006), é marcada pelo crescimento do emprego formal nos últimos anos, fato esse que ajudou a economia, visto que a mesma vem crescendo, passando da 8ª posição, para a 5ª em 2000 entre as mesorregiões paranaenses. Entretanto, esse crescimento não está bem distribuído, pois há forte concentração em poucos municípios.

Arelado a esse fato, encontra-se a desigualdade social com baixos indicadores decorrente as características da base produtiva, onde a estrutura fundiária se encontra concentrada no Estado entre os maiores produtores. Desse modo, a produção familiar é caracterizada por baixos rendimentos, principalmente quando

comparadas ao mesmo setor em outras mesorregiões paranaenses (IPARDES, 2006).

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), no ano de 2000 a mesorregião Centro-Sul encontrava-se em uma situação desfavorável, visto que os componentes do IDH-M, não eram dos mais altos (quadro 3) (IPARDES, 2004).

Quadro 6 – Índice de desenvolvimento humano municipal, seus componentes e taxa de pobreza de 2000

Situação Comparativa	IDH-M	Componentes do IDH-M				TAXA DE POBREZA (1) (%)
		Esperança de vida ao nascer (anos)	Taxa de Alfabetização de Adultos (%)	Taxa Bruta de Frequência Escolar (%)	Renda Per Capita (R\$)	
PARANÁ	0,787	69,8	90,5	82,9	321,40	20,9
Mesorregião Centro-Sul						
Melhor situação	0,773	72,4	91,3	83,2	292,11	24,9
Pior situação	0,640	60,6	74,9	61,7	99,21	58,1
Municípios acima do valor do Paraná						
	0	3	2	1	0	29

Fonte: IPARDES (2004).

Segundo divulgado pelo IPARDES (2004), nenhum dos municípios da mesorregião, apresentava IDH-M acima da média do estado, que era de 0,787. A melhor situação, a qual se encontra mais próxima da média do Paraná é de 0,773, já o município de pior situação encontra-se com IDH-M de 0,640, sendo um dos mais baixos do estado (QUADRO 3).

A mesorregião Centro-Sul é marcada por uma alta concentração de municípios em posições extremamente baixas, principalmente em relação ao IDH-M, sendo que em âmbito estadual o melhor desempenho é em relação a realização de políticas públicas ligadas a educação, pois taxa de alfabetização em adultos é de 91,3% na melhor situação (IPARDES, 2004).

Já em âmbito municipal, as dificuldades em relação ao desenvolvimento e a inclusão social ainda são grandes. Visto que, entre os 29 municípios que compõem a mesorregião centro-sul paranaense, a melhor situação da taxa de pobreza é de 24,9%, sendo que a taxa do estado é de 20,9% (IPARDES, 2004).

Sendo assim, conforme o IPARDES (2006), a partir da taxa de pobreza é possível verificar o grau de fragilidade da mesorregião centro-sul paranaense, na medida em que mais de 1/3 da população é considerada pobre, estando no patamar mais baixo de todo o Estado. Vale destacar ainda, que a região possui um expressivo número de assentados (distribuídos entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Pitanga, Cantagalo e Honório Serpa) e indígenas, na composição populacional que corresponde a 61% das áreas territoriais do Estado.

Se faz necessário salientar ainda, que nestas sessões foram usados dados de 2000, devido ao fato de que os dados mais recentes divulgados (2010), serão utilizados para realizar a caracterização do primeiro objetivo específico do estudo.

3 METODOLOGIA

A metodologia pode ser entendida como um conjunto de etapas que devem ser vencidas durante a investigação de um fenômeno. Engloba a escolha do tema, o planejamento da investigação, o desenvolvimento metodológico, a coleta juntamente com a tabulação dos dados, a análise dos resultados, a elaboração das conclusões e pôr fim a divulgação dos resultados (MORESI, 2003).

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, a qual retrata características (gênero, idade, nível de escolaridade, renda, entre outros) de uma determinada população, a fim descobrir as relações existentes entre elas.

Esta pesquisa se caracteriza como descritiva, pois analisou e descreveu como ocorre a adoção de instrumentos gerenciais por parte dos gestores das MPEs da Mesorregião Centro-Sul paranaense, bem como as potencialidades e limitações percebidas pelos mesmos.

Quanto ao procedimento de coleta de dados a pesquisa configura-se como documental, na medida em que caracteriza o ambiente socioeconômico em que as MPEs da mesorregião estão inseridas, a partir de documentos (base de dados) que forneçam as referidas informações.

De acordo com Silva et al. (2009), a pesquisa documental busca compreender de forma indireta fatos, acontecimentos, conceitos, analisando documentos já produzidos pelo homem, com o intuito de aproximá-los da realidade atual.

Quanto à abordagem do problema de pesquisa, o estudo é predominantemente qualitativo. Na compreensão de Jaccoud e Mayer (2008), configura-se qualitativa as atividades voltadas ao olhar do pesquisador sobre situações e comportamentos que os interessam, de modo a conhecer a questão problema pela visão daqueles que vivenciam a problemática.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Esta pesquisa enquadra-se na definição de levantamento ou *Survey*. Conforme esclarece Freitas et al (2000), esse tipo de pesquisa é apropriado para a obtenção de dados e características a respeito de um grupo de indivíduos.

O universo populacional estudado abrange mais de duas mil micros e pequenas empresas da Mesorregião Centro-Sul Paranaense (CACICOPAR, 2021). Já a amostra corresponde às MPEs localizadas nos municípios que são coordenados pelas seguintes coordenadorias:

- 1) Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Centro Oeste do Paraná – CACICOPAR;
- 2) Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Sudoeste do Paraná – CACISPAR;
- 3) Coordenadoria das Associações Comerciais Empresariais do Oeste do Paraná – CACIOPAR;
- 4) Coordenadoria das Associações Comerciais Empresariais do Sul do Paraná – CACESUL ;

Estas 4 coordenadorias prestam assistência as associações comerciais correspondente aos municípios que estão evidenciados no quadro 7.

Quadro 7 – Relação dos municípios e associações comerciais.

(continua)

Município	Associação comercial
Porto Barreiro	Não possui
Virmond	Não possui
Guarapuava	ACIG
Pinhão	ACIAP
Laranjeiras do Sul	ACILS
Pitanga	ACEPI
Candói	ACIERCAN
Cantagalo	ACIAC
Rio Bonito do Iguaçu	ACERBI
Turvo	ACET

(Conclusão quadro 7)

Palmital	ACIP
Foz do Jordão	ACIFOZ
Laranjal	Não possui
Boa Ventura de São Roque	Não possui
Goioxim	ACEG
Reserva do Iguaçu	ACIRI
Marquinho	ACEM
Palmas	ACIPA
Mangueirinha	ACIMAN
Clevelândia	ACEC
Coronel Domingos Soares	ACECEL
Honório Serpa	ACEHS
Quedas	ACIQI
Nova Laranjeiras	ACIN
Espigão Alto	Não possui
Inácio Martins	ACIIM

Fonte: Elaborado pela autora (2021) adaptado de FACIAP (2021).

A maioria dos municípios (quadro 7) tem a sua própria associação comercial, coordenados por 4 das 12 coordenadorias da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FACIAP) (CACICOPAR, 2021).

Logo, o universo de pesquisa abrangeu o total das empresas filiadas as associações comerciais dos respectivos municípios que integram as 4 coordenadorias. Desta forma, amostra configura-se como aleatória, correspondendo ao número (48) de empresas que participaram da pesquisa.

A coleta de dados acompanhou as proposições constantes nos objetivos específicos, conforme delineado no constructo do planejamento da pesquisa. O quadro 6 evidencia as informações a respeito do percurso metodológico:

Quadro 8 – Planejamento de coleta de dados

Objetivos	Como foi executado?	Variáveis	Base de dados/Fonte
Caracterizar o ambiente socioeconômico em que as MPEs da mesorregião estão inseridas	Revisão Documental Pesquisa documental de dados de crescimento e desenvolvimento	PIB IDH-M Valor Adicionado Fiscal (VAF) Taxa de Pobreza	IPARDES (IBGE, RAIS, AEN)
Identificar os instrumentos de gestão financeira utilizados pelas Micros e Pequenas Empresas sediadas na Mesorregião do Centro-Sul Paranaense	Levantamento ou Survey – Aplicação do questionário às MPEs com o apoio institucional da CACICOPAR	Orçamento de capital; Estrutura de capital; Contas a receber, estoque, capital de giro)	Couto; Fabiano; Ribeiro (2012)
Mapear as potencialidades e limitações percebidas pelos gestores das Micros e Pequenas Empresas na adoção ou utilização dos instrumentos financeiros	Elencar as possibilidades e limitações na gestão das micro e pequenas empresas	Pontos fracos e pontos a melhorar das MPEs	Levantamento ou Survey

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A análise documental foi realizada a fim de verificar as variáveis socioeconômicas de crescimento e desenvolvimento de 2010-2019, dessa forma subsidiando a caracterização do ambiente socioeconômico que envolve as MPEs da Mesorregião do Centro-Sul Paranaense, utilizado como principais referências as instituições do IPARDES (IBGE, RAIS e AEN).

Para identificação dos instrumentos de gestão financeira utilizados pelas empresas pesquisadas, foi utilizado um questionário estruturado eletrônico construído na plataforma *google forms*. O referido documento contemplou, um elenco de sete dimensões (quadro 9).

Quadro 9 – Dimensões base do questionário

DIMENSÕES	QUESTÕES
Dados da empresa	02
Dados do respondente	03
Caracterização da empresa	07
Orçamento de capital	01
Estrutura de capital	04
Gestões de ativos do curto prazo	07
Mapeamento das potencialidades e limitações	04

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

O questionário foi enviado às coordenadorias e as mesmas enviaram as associações comerciais em fevereiro de 2022, e elas repassaram para as micro e pequenas empresas dos seus municípios. Sendo assim, o questionário esteve disponível entre os meses de fevereiro de 2022 e março de 2022.

3.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Com relação a caracterização do ambiente socioeconômico em que as MPes da mesorregião estão inseridas, a pesquisa utilizou de uma estatística descritiva. Conforme Guedes *et al.* (2020) a estatística descritiva resume séries de valores da mesma natureza a partir de agrupamentos e tabelas.

As variáveis socioeconômicas foram segregadas em duas dimensões, crescimento (PIB) e desenvolvimento (IDH-M, Taxa de pobreza, VAF). Os dados serão apresentados em tabelas, gráficos e analisados a partir de representatividade e taxas médias.

Na sequência, foi realizada a tabulação dos dados por meio de planilhas do Excel, efetuando agrupamentos de respostas semelhantes, assim, foi possível obter tabelas e quadros que possibilitaram uma melhor visualização das respostas dos gestores em relação à identificação de quais instrumentos financeiros que são utilizados pelas MPes para tomada de decisão.

Vale salientar, que a análise dos instrumentos de gestão financeira (bloco VI do questionário) se deu a partir de médias e percentuais mostrando representatividade dos instrumentos gerenciais, além disso, esta etapa auxiliou na verificação da relação existente entre as características dos respondentes e a adoção dos instrumentos de gestão financeira, bem como a identificação dos instrumentos utilizados e as dificuldades e facilidades enfrentadas.

Em relação ao bloco VI do questionário, no qual foi realizado o mapeamento das potencialidades e limitações percebidas pelos gestores na gestão ou adoção dos instrumentos gerenciais, a pesquisa utilizou de uma análise do conteúdo. Conforme Bardin (1977), a classificação dos dados é baseada na semelhança de um dado com outro, ou seja, o que um dado tem em comum com o outro, sendo que esta relação possibilita que os mesmos sejam agrupados.

Ademais, a análise do conteúdo inclui os meios de pesquisa que esclarecem as mensagens e atitudes ligadas ao texto, como por exemplo, as conclusões sobre os dados coletados (CAVALCANTE; CALIXTO E PINHEIRO, 2014)

Esta análise do conteúdo, foi exposta através da ferramenta análise swot, visto que, as variáveis foram analisadas a partir da identificação de pontos fortes e pontos a melhorar das empresas, bem como, também se fez possível identificar prováveis oportunidades e ameaças que as micro e pequenas empresas da região estudada enfrentam.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir serão apresentadas as respostas oriundas dos questionários encaminhados as empresas pesquisadas, seguidas das análises do conteúdo dos respectivos dados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE SOCIECONOMICO EM QUE AS EMPRESAS PESQUISADAS ESTÃO INSERIDAS

Os resultados econômicos são decorrências de políticas públicas criadas pelo estado para auxiliar no melhoramento das condições socioeconômicas populacionais e comerciais, as quais refletem diretamente no desenvolvimento econômico regional. Este processo de desenvolvimento pode ser visualizado na variação do PIB a preços correntes, na medida em que mensura expansão da produção e riqueza.

Outro indicador associado ao desenvolvimento econômico das empresas, diz respeito ao VAF, o qual evidencia o valor líquido da venda de mercadorias, subsidiando o recolhimento de impostos municipais e estaduais, assim como o valor estimado a ser distribuído no ambiente em que a empresa se encontra.

A evolução dos indicadores de desenvolvimento econômico sinaliza parte do desenvolvimento, por vezes associado ao crescimento econômico. Outrossim, indicadores sociais precisam monitorar os reflexos oriundos das atividades produtivas. Dentre os indicadores sociais a pesquisa utilizou-se do IDH, IDH-M, taxa de pobreza (LIMA; SILVA, 2021).

4.1.1 Indicadores de desenvolvimento social: IDH, IDH-M e Taxa de pobreza

Conforme Lima e Ribeiro (2022), o contexto econômico depende das características socioeconômicas e do povoamento de um determinado local. Nesse sentido, as localidades mais povoadas são tidas como polos decisoriais, principalmente em aspectos econômicos, administrativos e de produção, ou seja, o sistema produtivo depende dos resultados econômicos, o qual, influencia diretamente nas questões sociais e ambientais regionais.

Sendo assim, se faz necessário compreender os indicadores sociais da mesorregião, o quadro 10 apresenta um panorama do comportamento desses indicadores (IDH, IDH-M e taxa de pobreza), conforme dados divulgados pelo censo realizado em 2010.

Quadro 10 - Índice de desenvolvimento humano municipal, seus componentes e taxa de pobreza de 2010

Situação Comparativa	IDH e IDH-M	Componentes do IDH-M				TAXA DE POBREZA (1) (%)
		Esperança de vida ao nascer (anos)	Taxa de Alfabetização de Adultos (%)	Taxa Bruta de Frequência Escolar (%)	Renda Per Capita (R\$)	
PARANÁ	0,749	74,8	93,7	55,5	890,89	6,46
Mesorregião Centro-Sul						
Melhor situação	0,731	76,20	94,0	51,9	750,09	8,92
Pior situação	0,585	72,37	82,1	26,0	297,34	31,17

Fonte: Elaborado pela autora (2022), adaptado de IPARDES (2022).

O IDH apresentado pelo estado do Paraná em 2010 ficou em 0,749, o que nos leva a observar e realizar análises, comparativamente aos indicadores apresentados pelos municípios da mesorregião centro sul (quadro 11).

Quadro 11 – Renda per capita e IDH-M de 2010 e População estimada de 2021 dos 14 municípios em que as MPE's responderam ao questionário

N	Cidade	Renda per capita em R\$ (2010)	IDH-M (2010)	População (2021)
1	Guarapuava	750,09	0,731	183.755
2	Pinhão	454,31	0,654	32.722
3	Rio B. do Iguaçu	405,76	0,629	13.240
4	Reserva do Iguaçu	419,62	0,648	8.127
5	Candói	472,40	0,635	16.126
6	Boa V. de S. Roque	415,44	0,655	6.343
7	Laranjeiras do Sul	659,33	0,706	32.167
8	Marquinho	366,30	0,614	4.283
9	Goioxim	320,16	0,641	6.997
10	Palmital	447,15	0,639	12.755
11	Cantagalo	424,57	0,635	13.340
12	Pitanga	609,77	0,702	29.686
13	Nova Tebas	408,22	0,651	5.252
14	Roncador	500,36	0,681	9.447
Média		435,86	0,6495	12.998

Fonte: Elaborado pela autora (2022), adaptado de IPARDES (2022).

Os resultados demonstram um indicador de desenvolvimento relativamente baixo, a exemplo do município de Marquinho (0,614), sendo Laranjeiras do Sul (0,706) e Pitanga (0,702) os municípios com maiores índices de desenvolvimento humano municipal, dentre aqueles que sediam as empresas pesquisadas.

Analisando a composição do IDH-M, em relação a renda, constata-se que os município de Guarapuava, Pitanga, são os que apresentam maior proximidade com a média do Paraná, ao passo que os municípios com menores rendas são Goioxim e Marquinho. Os baixos indicadores de desenvolvimento refletem na taxa de pobreza, cujos números demonstram indicadores altos para a região.

A média do IDH-M e da taxa de pobreza (APENDICE D) de 80% dos municípios da mesorregião são respectivamente de 0,645 e 23,91%. Diante disso, em comparação com o censo de 2000 (quadro 6), percebe-se que nenhum dos municípios da mesorregião apresentaram IDH-M acima da média do estado. O referido índice varia de 0 nenhum desenvolvimento humano e 1 desenvolvimento humano total.

Os resultados ficaram entre os extremos 0,731 (melhor situação) e 0,585 (pior situação) que se configuram como tendo um desenvolvimento médio, sinalizando a possibilidade de implementação de novas políticas públicas, também ao setor privado, visto que se as empresas fossem mais dinamizadas e inovadoras, poderiam auxiliar no desenvolvimento da região (QUADRO 10).

4.1.2 Indicador de crescimento econômico: PIB Preços Correntes

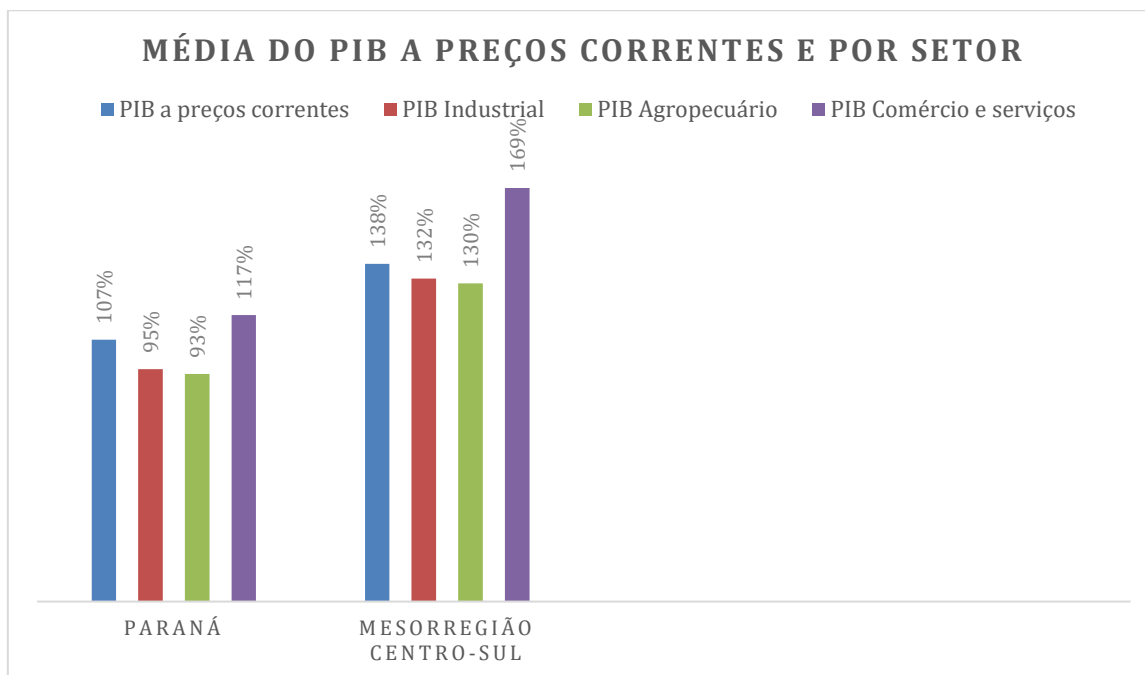
É perceptível que a pandemia do covid-19 ocasionou um enorme impacto nas economias de todo o mundo, pesando significativamente sobre as MPes. No Brasil e no Paraná elas são consideradas bases fundamentais para a economia, visto que, ajudam na estabilização social, mas principalmente no que diz respeito a distribuição de renda dos estados e regiões. Por conta disso, analisar as variáveis socioeconômicas é fundamental para compreender o cenário das MPes (MARCELINO; REZENDE; MIYAJI, 2020).

A região paranaense que se destaca negativamente por apresentar os menores índices de indicadores sociais (variáveis de crescimento e desenvolvimento) é a Mesorregião Centro-sul do estado. Diante disso, a seguir serão apresentados dados que mostram se essa posição ainda continua nos dias atuais.

O PIB a preços correntes caracteriza-se como a somatória de todos os bens e serviços finais produzidos por uma localidade, em que bens e serviços são medidos pelos preços que chegam até o consumidor, adicionado os impostos. Em síntese, o referido PIB indica o movimento de novos bens e serviços finais que foram produzidos em um período de tempo (IBGE, 2022).

Nos gráficos 1 e 2 estão apresentadas a média do PIB a preços correntes comparativamente ao PIB dos setores industrial, agropecuário e comércio e serviços. O quadro com os valores do PIB, correspondente a todos os municípios que compõem a mesorregião estão em anexo (apêndice A).

Gráfico 1 – Média do PIB geral e dos 3 setores do Paraná e da Mesorregião Centro-Sul de 2010 e 2019



Fonte: Elaborado pela autora (2022), adaptado de IPARDES (2022).

Quanto maior o PIB de uma localidade, maior é a renda, a oferta de trabalho e consequentemente o nível de crescimento econômico. Os resultados evidenciados no gráfico 1 demonstram que na Mesorregião Centro-Sul do Paraná, o setor comércio e serviços apontou o maior crescimento.

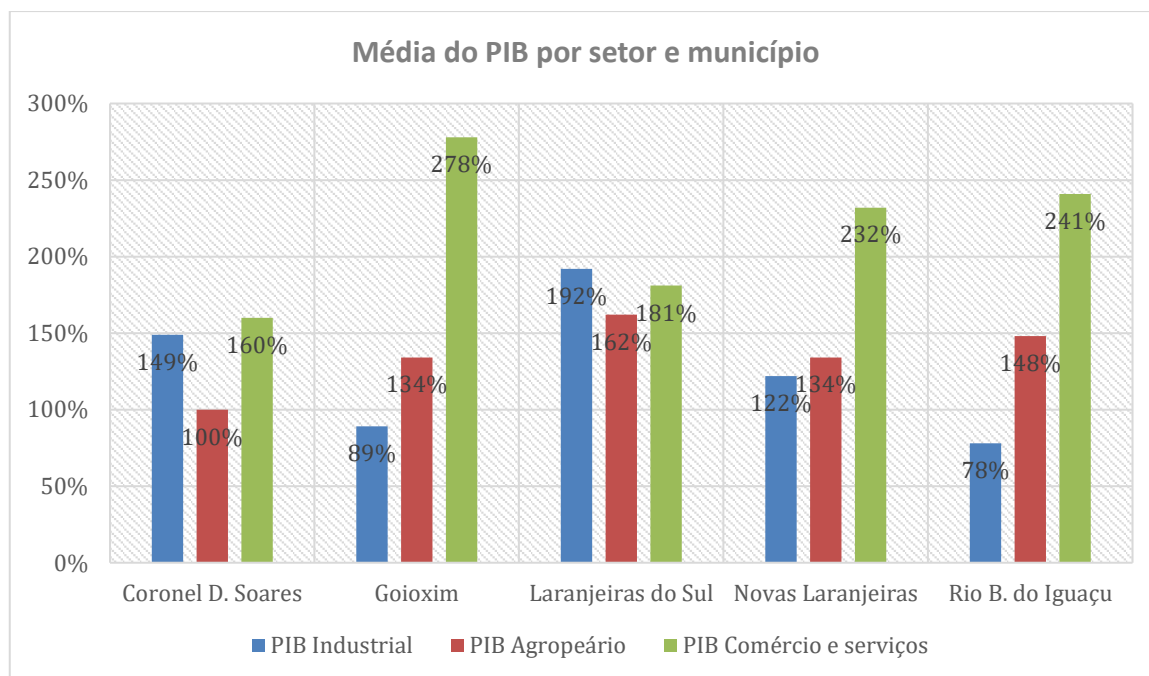
Comparando a média do PIB em 9 anos, no que diz respeito ao PIB a preços correntes nesse período, o PIB estadual teve um crescimento de 107%, já na mesorregião esse crescimento foi de 138%, sabendo que o setor terciário foi o que mais aumentou nesse período, pode-se dizer que esse aumento do PIB a preços correntes, se deu em decorrência do aumento de número de empresas na região e também de possíveis investimentos.

Além disso, os resultados possibilitam analisar o crescimento econômico que uma localidade teve perante a outra e também quais dos setores da economia estão gerando mais renda, mostrando que o setor terciário (comércio e serviços) é o que mais se destaca na região (GRÁFICO 2).

Os resultados oriundos do questionário aplicado as MPEs da mesorregião, refletem esse desenho setorial, na medida em que das 48 respostas, 43 empresas sinalizaram trabalhar com comércio e serviços, ou seja, mostrando que a renda da

mesorregião, embora seja uma região agrícola é predominantemente oriunda do setor terciário (fato que desperta o interesse em realizar demais estudos destinados ao setor agropecuário). A seguir (gráfico 3) são apresentados os números relativos aos cinco maiores PIB a preços correntes e seus respectivos setores.

Gráfico 2 – Média dos municípios com os maiores valores PIBs nos 3 setores



Fonte: Elaborado pela autora (2022), adaptado de IPARDES (2022).

A partir dos dados apresentados é possível perceber que em 9 anos o aumento percentual de 138% do PIB da mesorregião foi seguido pelos municípios que mais cresceram nesses anos, sendo: Coronel D. Soares, Goioxim, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu. Fato esse, que se deu em decorrência do aumento do comércio e serviços, mostrando que este setor é acena para uma oportunidade de investimento na região.

Sendo assim, se faz necessário entender como o indicador de participação municipal, o valor adicionado fiscal (VAF) que é um indicador de desenvolvimento econômico se apresenta na mesorregião.

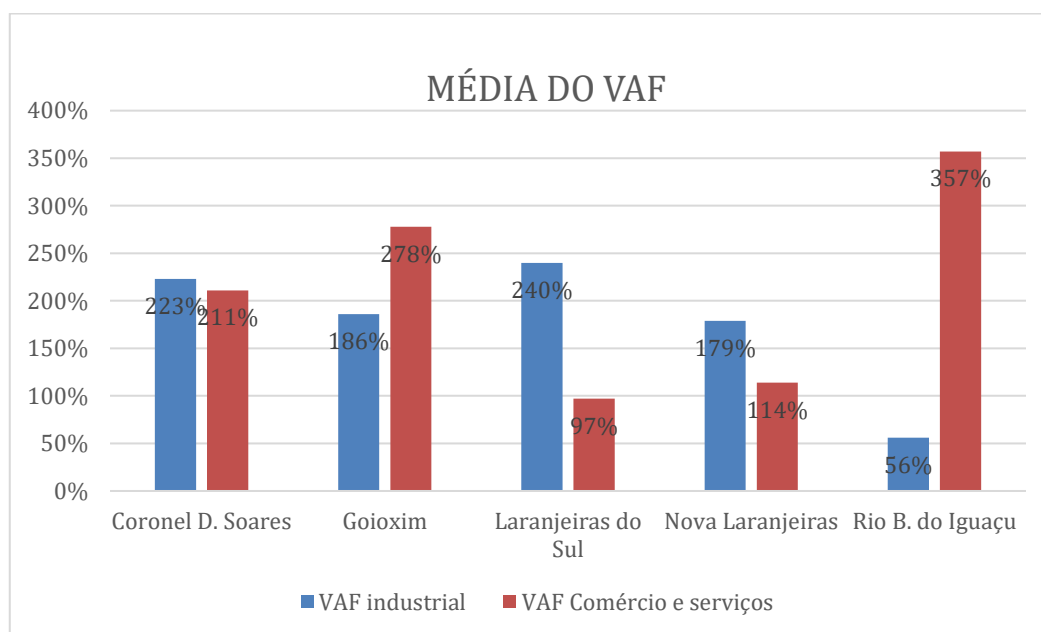
4.1.3 Indicador de desenvolvimento econômico: Valor Adicionado Fiscal (VAF)

De acordo com Santos (2012), o cálculo do VAF é feito anualmente e é formado pelas informações de saídas (vendas) menos entradas (compras) dos contribuintes nos municípios. Estes dependem dos movimentos econômicos que servem como base para o repasse do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Para o cálculo do VAF é considerado a média dos valores adicionados dos últimos 2 anos, assim gerando o VAF de cada município, auxiliando no combate das quedas ou elevações exorbitantes. Desse modo, o VAF configura-se como o valor agregado das operações oriundas da circulação de mercadoria e prestação de serviços realizados em cada município (SANTOS, 2012).

A seguir (gráfico 3) é apresentado a média dos municípios com os maiores valores do VAF na indústria e no comércio e serviços.

Gráfico 3 – Municípios com os maiores valores adicionados fiscais dos setores industrial e de comércio e serviços nos anos de 2010 e 2019



Fonte: Elaborado pela autora (2022), adaptado de IPARDES (2022).

Comparando o VAF industrial e VAF comércio e serviços da mesorregião (gráfico 3), é fácil visualizar e compreender que o setor de comércio e serviços continua se destacando, pois, este setor é o maior detentor de geração de empregos

e riquezas em uma economia está crescendo nos municípios estudados, ou seja, mostrando que a mesorregião está prosseguindo para melhorar seus índices de desenvolvimento.

Confrontando VAF industrial com VAF comércio e serviços de cada município de 2010 a 2019, verifica-se em Goioxim uma variação de 49,46% e em Rio Bonito do Iguaçu uma variação de 537%, mostrando que o setor que mais gera valor agregado para a economia desses municípios é o terciário.

Sabendo que nos referidos municípios existe baixa participação industrial, há dois aspectos que devem ser levados em consideração e podem ser a causa dessa variação, o primeiro é que podem ter aberto muitas empresas comerciais de bens e serviços nesse período de tempo e a segunda é que as empresas que já existiam nesses municípios podem ter aumentado o seu faturamento (GRÁFICO 4).

No entanto, o contrário se percebe em Coronel Domingos Soares, Laranjeiras do Sul e em Nova Laranjeiras, pois o crescimento do VAF industrial aumentou e o comércio e serviços diminuiu, fato que pode indicar que a maioria das empresas dos municípios fecharam as portas, assim consequentemente não agregando valor para o município.

Esse fato demonstra que as MPEs desses municípios não estão ajudando a girar a economia do município, ou pode ter algum outro motivo que esteja prejudicando a arrecadação de impostos.

4.2 IDENTIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA UTILIZADOS PELAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SEDIADAS NA MESORREGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE

O envio do instrumento de coleta de dados retornou com 48 respostas. A seguir inicia-se a análise a partir do primeiro bloco de questões, as quais caracterizaram os respondentes do questionário. A maioria dos respondentes identificou-se como sócio ou gestor (59%). Os demais respondentes atuam na área administrativa financeira (15%) e demais funções operacionais (22%).

Dessa forma, as análises têm respaldo na medida em que se pretende avaliar a percepção dos gestores e respondentes acerca da utilização dos instrumentos de gestão financeira.

4.2.1 Caracterização do universo pesquisa

Estiveram presentes no universo pesquisado, ou seja, a mesorregião Centro Sul, uma amostra de 14 cidades e 48 empresas que responderam aos questionários encaminhados, a seguir apresentas na tabela 1.

Tabela 1 – Setor de atividade das MPes

Município	Total de respostas	3 setores	2 setores	Indústria	Comércio	Serviços
Guarapuava	6	-	-	-	2	4
Pinhão	5	-	1	1	3	-
Rio B. do Iguaçu	5	-	2	-	3	-
Reserva do Iguaçu	2	-	1	-	1	-
Candói	4	1	-	-	3	-
Boa V. de S. Roque	6	-	1	1	4	-
Laranjeiras do Sul	2	-	1	-	1	-
Marquinho	3	-	-	1	2	-
Goioxim	1	-	-	-	1	-
Palmital	1	-	-	-	1	-
Cantagalo	1	-	-	-	1	-
Pitanga	5	-	-	-	3	2
Nova Tebas	6	-	1	-	5	-
Roncador	1	-	-	-	1	-
Total	48	1	7	3	31	6

Fonte: Elaborado pela autora (2022) a partir do questionário aplicado as MPes (2022).

A grande maioria (44) das empresas pesquisadas atuam no setor terciário, fato esse que é ratificado pelos dados do PIB a preços correntes e do VAF relativos aos municípios da Mesorregião Centro-Sul, pois os resultados dos referidos indicadores, juntamente com o levantamento realizado mostraram há um direcionamento do emprego e da renda para este setor.

Esse cenário sinaliza que as empresas do setor de comércio e serviços poderiam ser auxiliadas pelo setor público, sendo incentivadas a profissionalização e

melhoria nos processos de comercialização, resultando em uma assertividade no registro das informações fiscais, assim mitigando a inadimplência ou até mesmo uma possível sonegação de informações aos órgãos pertinentes ao registro de operações.

O enquadramento das MPEs segue parâmetros diferentes conforme o órgão, como por exemplo a classificação fundamentada pela lei complementar nº 123 classificando as empresas de acordo com o montante do faturamento. Outrossim, em virtude de estrutura, o SEBRAE parametriza a partir do número de funcionários. A tabela 2 mostra a classificação das empresas.

Tabela 2 – Classificação das MPEs da mesorregião Centro-Sul Paranaense

Município	Até 10 func.	+10 até 20 func.	Entre 20 e 100 func.	Igual ou inferior a 360.000,00	+360.000,00	+4,8 milhões de reais
Guarapuava	3	3	-	3	3	-
Pinhão	4	-	1	2	3	-
Rio B. do Iguaçu	4	1	-	1	4	-
Reserva do Iguaçu	2	-	-	2	-	-
Candói	4	-	-	2	2	-
Boa V. de S. Roque	6	-	-	5	1	-
Laranjeiras do Sul	1	1	-	-	2	-
Marquinho	3	-	-	1	2	-
Goioxim	-	-	1	-	-	1
Palmital	-	1	-	-	-	1
Cantagalo	1	-	-	1	-	-
Pitanga	4	1	-	3	1	1
Nova Tebas	6	-	-	3	3	-
Roncador	1	-	-	-	1	-
Total	39	7	2	23	22	3

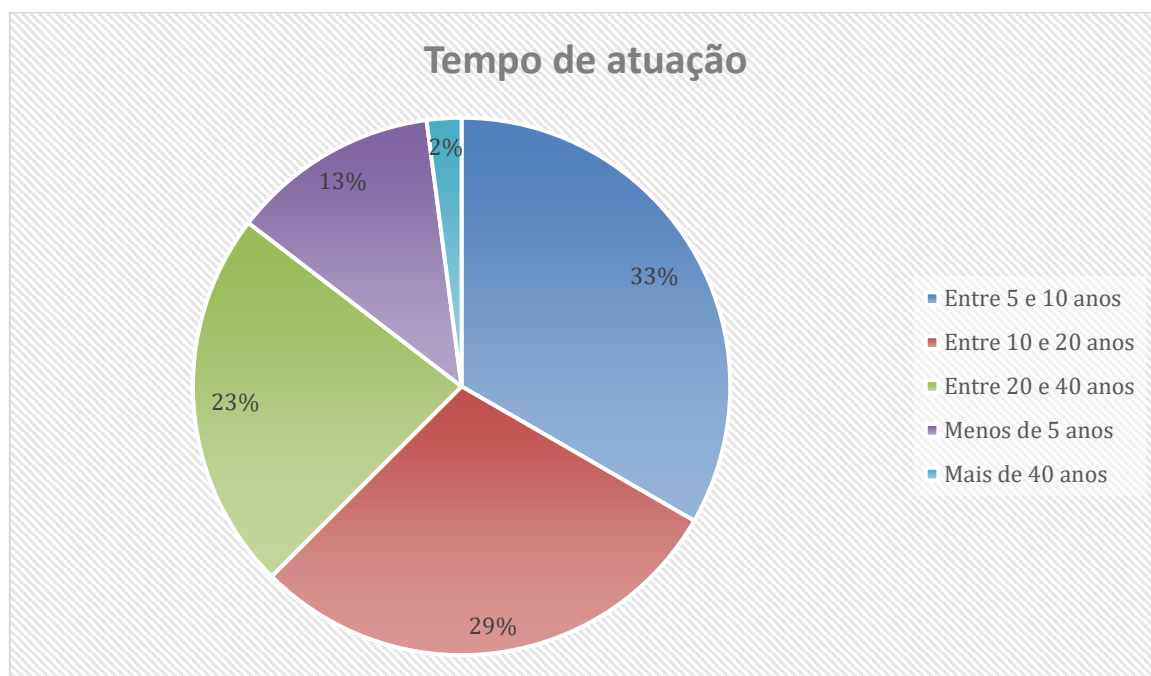
Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário aplicado as MPEs (2022).

As empresas da mesorregião, as quais a maior parcela tem suas atividades econômicas voltadas ao comércio e serviços são predominantemente microempresas (39), com até 10 funcionários. Nesse universo de empresas, uma parte 23 delas tem faturamento até trezentos e sessenta mil reais, configurando a classificação como

micro empresa. O montante de faturamento anual aponta para a necessidade de uma gestão financeira profissional na gestão de seus negócios. Ações dessa natureza irão mitigar os riscos operacionais que repercutem no caixa da empresa (tabela 2).

O exposto até aqui, desperta a curiosidade de entender a quanto tempo essas empresas já atuam no mercado (gráfico 4).

Gráfico 4 – Tempo de atuação das MPE's respondentes



Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário aplicado (2022).

Os dados apresentados (gráfico 4) demonstram que as MPEs da mesorregião centro-sul não se enquadram no estudo realizado pelo Sebrae em 2021, o qual constata que 30,2% das empresas brasileiras sobreviviam somente até os seus 5 anos de funcionamento. Justifica-se a colocação, em virtude de que a maioria (56%) das MPEs já estão consolidadas no mercado e estão funcionando a mais de 10 anos.

De acordo com pesquisa, divulgada pelo SEBRAE (2014), a qual mencionava alguns indicativos associados aos motivos que levaram ao declínio as empresas que fecharam seus negócios. Entre os motivos, estavam a situação financeira do gestor antes de abrir o seu negócio, a falta de planejamento dos negócios, a carência em capacitação no âmbito da gestão empresarial e de negócio.

No estudo de Couto, Fabiano e Ribeiro (2012), os autores expressam que a gestão financeira das empresas deve ser voltada ao orçamento de capital, a estrutura de capital e a gestão de ativos a curto prazo.

4.2.2 Orçamento de capital

Sabendo que o orçamento de capital é o processo que se usa para determinar quais investimentos devem ser realizados, tanto a curto como a longo prazo, averiguou-se junto as empresas pesquisadas a percepção quanto ao planejamento no âmbito de investimentos. A seguir (tabela 3) são evidenciadas as respostas. As afirmações consideram:

Tabela 3 – Orçamento de capital

Afirmações	0	1	2	3	4	5	6
O investimentos realizados pela empresa precisam ser alinhados ao planejamento da mesma	6	2	1	3	5	13	18
A participação de investidores externos no negócio pode ajudar no crescimento da empresa e na atração de novos investimentos	14	2	2	3	7	14	7
Utilização de técnicas de viabilidade econômica são necessárias na projeção e avaliação dos projetos de investimentos	6	2	1	-	9	15	16
A empresa deve fazer acompanhamento periódico das receitas e gastos oriundos de investimentos	5	2	1	1	4	12	23
A empresa deveria realizar análise de sensibilidade na avaliação dos projetos de investimento (maquinas, equipamentos, imóveis, fabricas, etc)	8	2	1	1	7	12	17

Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário aplicado as MPes (2022).

Verifica-se certa clareza dos respondentes, quanto a relevância do planejamento, análise e acompanhamento dos gastos relacionados a investimentos, as respostas demonstram que massivamente (31) os gestores compreendem a

relevância do planejamento ser um instrumento de sinalização dos investimentos, assim como auxilia na atração de investimentos de terceiros (21).

O número de respondentes que desconsidera a afirmação relacionada a participação de investidores externos (14), pode estar relacionado ao tamanho da empresa.

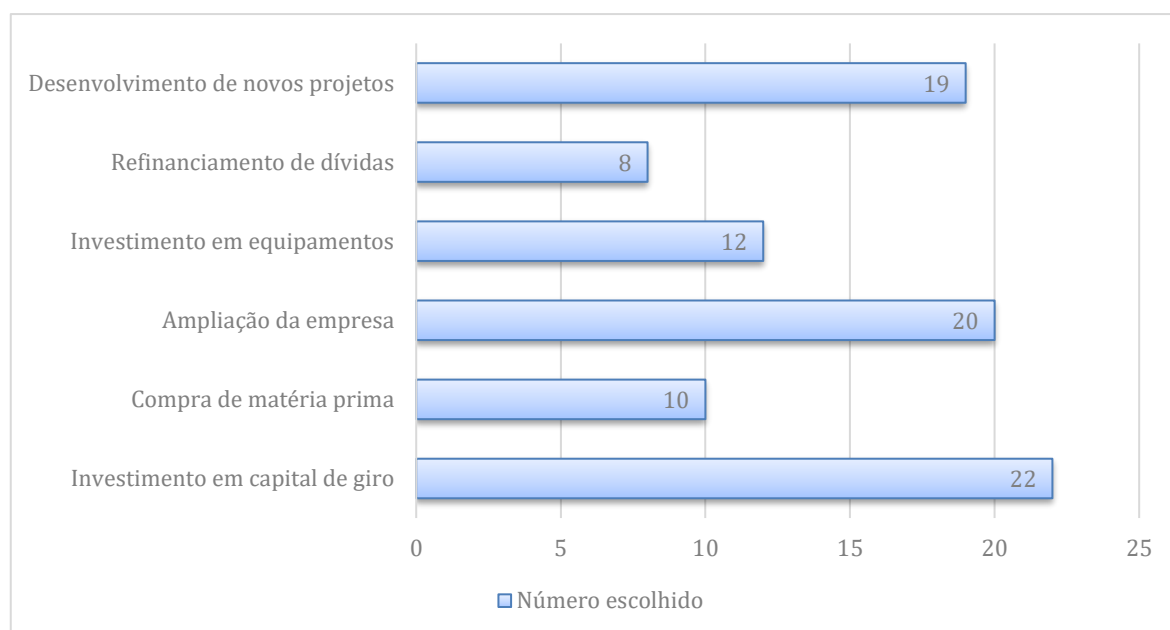
O percentual de aproximadamente 26% dos respondentes que indicaram não concordância com a premissa da necessidade de avaliação de investimentos, pode estar explicada no porte das empresas ou no volume financeiro movimentado junto ao patrimônio das respectivas empresas.

4.2.3 Estrutura de Capital

Brito, Batistella e Corrar (2006) relatam que a estrutura de capital ou a gestão de capital a longo prazo refere-se ao modo que as empresas utilizam o capital próprio e de terceiros para subsidiar seus ativos. Capital próprio são os recursos disponibilizados pelos sócios ou acionistas, ao passo que capital de terceiros são os recursos adquiridos através de dívidas contraídas com bancos, fornecedores e outros credores não ligados ao quadro social da empresa.

Sendo assim, se faz necessário entender o motivo que leva as MPEs a recorrer a empréstimos, no gráfico 5 estão representadas as justificativas para a contratação de financiamentos.

Gráfico 5 – Justificativas para contratação de financiamentos



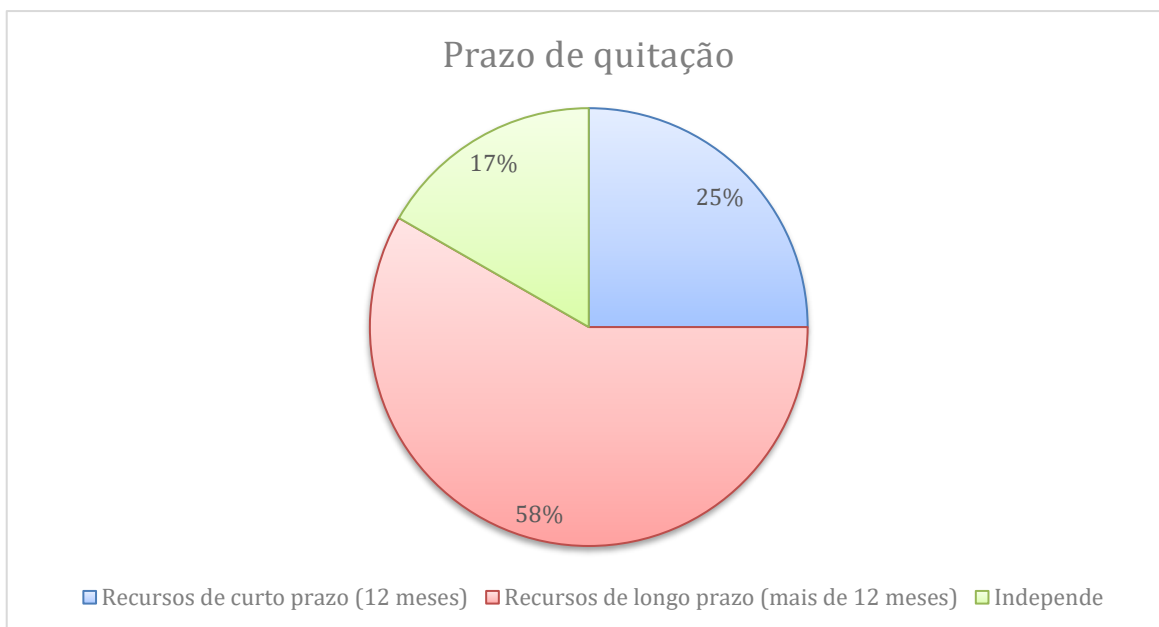
Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário aplicado as MPEs (2022).

É possível observar que as justificativas das MPEs recorrerem a financiamentos estão atreladas principalmente ao investimento em capital de giro, também a ampliação das empresas e ao desenvolvimento de novos projetos (gráfico 5). Os resultados demonstram que as empresas, mesmo dentro de um cenário de pandemia e retração econômica, têm clareza de que a busca por recursos financeiros deve estar atrelada ao giro dos negócios e consequentemente expansão dos negócios.

No anseio de compreender como são realizadas as captações de recursos financeiros, junto as instituições financeiras, assim como mapear o horizonte de tempo para pagamento dos referidos recursos, foram levantadas duas questões.

A primeira diz respeito ao processo de captação de recursos pelas empresas pesquisadas, cujas respostas apontaram que aproximadamente 58% dos respondentes sinalizaram que recorrem a instituições financeiras, despertando o interesse em entender se as mesmas acompanhavam os movimentos econômicos, como por exemplo os movimentos da taxa Selic, a taxa básica de juros brasileira.

Gráfico 6 – Prazo de quitação dos financiamentos



Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário aplicado as MPEs (2022).

A maioria (77%) das MPEs da mesorregião acompanham a taxa de juros para fazer seus financiamentos e apenas 17% fazem a captação independente da taxa de juros. A maioria (58%) das empresas têm preferência por financiamentos de longo prazo, ou seja, preferem ter mais de 1 ano para pagar. Um percentual dos respondentes (25%) apontou a captação de recursos de curto prazo, ou seja, quitação em prazos de até 12 meses (gráfico 6).

Os prazos de quitação dos financiamentos de recursos financeiros, tem relação direta com a saúde financeira da empresa, haja vista, que dívidas contraídas no curto prazo limitam a liquidez financeira, ou seja, a sobra de caixa. Outrossim, as dívidas financeiras de longo prazo, auxiliam para liberar recursos de caixa no curto prazo, porém devem equilibrar os encargos financeiros oriundos da captação.

É possível que as MPEs da mesorregião estejam atentas aos prazos de financiamentos financeiros, como por exemplo as simulações de financiamentos, que possibilitam calcular o prazo de quitação e os juros compostos que auxiliam na escolha do financiamento.

4.2.4 Gestão de ativos de curto prazo

Capital de giro insere-se no contexto das decisões financeiras de curto prazo, envolvendo a gestão de ativos e passivos circulantes. Toda empresa precisa buscar um nível satisfatório de capital de giro, afim de garantir a sustentação de sua atividade operacional (SANTOS; FERREIRA E FARIA, 2009). Para tanto, se faz necessário compreender a gestão de ativos executadas pelas MPEs da mesorregião centro sul.

Quando questionadas a respeito da realização do planejamento dos negócios, dentre as 48 empresas respondentes, a maior parte delas (27) responderam que sim e fazem prevendo o recebimento das vendas e gastos com a produção (a comercialização), ao passo que sete respondentes apontaram realizar, porém limitam este exercício a estimar os gastos com a produção. Outrossim, aproximadamente 30% dos respondentes afirmam não realizar um planejamento de negócios. Não efetuar a gestão de entradas e saídas de recursos é fundamental para que haja uma boa gestão financeira.

Diante do exposto, cabe compreender melhor a capacidade de gestão das empresas, diante dos resultados apresentados, em que um número expressivo de respondentes (34) menciona realizar a gestão de seu fluxo de caixa. A tabela 4 evidencia a utilização dos controles financeiros pelas empresas pesquisadas.

Tabela 4 – Utilização de controles financeiros por parte das MPEs

Controle financeiro	Não há utilização	Pouca utilização	Raramente há utilização	Às vezes é utilizado	Frequente Utilizado
Análise do capital de giro a partir de indicadores como Capital Circulante Líquido, Necessidade de Capital de Giro e Tesouraria	13	12	7	6	10
Análise da quantidade de produtos que precisam ser vendidos para cobrir os custos (ponto de equilíbrio)	5	10	9	9	15
Análise do retorno sobre os recursos que foram investidos na empresa (Retorno sobre investimentos)	6	7	9	9	17
Fluxo de caixa (previsão de entradas e saídas de dinheiro)	5	6	4	3	30
Controle de estoque	9	1	5	6	27
Controle de contas a pagar	3	1	5	2	37

(Conclusão da tabela 5)

Controle de contas a receber	2	5	5	5	31
Controle de custos de produção	8	5	7	10	18
Controle interno de caixa	5	2	2	6	33

Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário aplicado as MPes (2022).

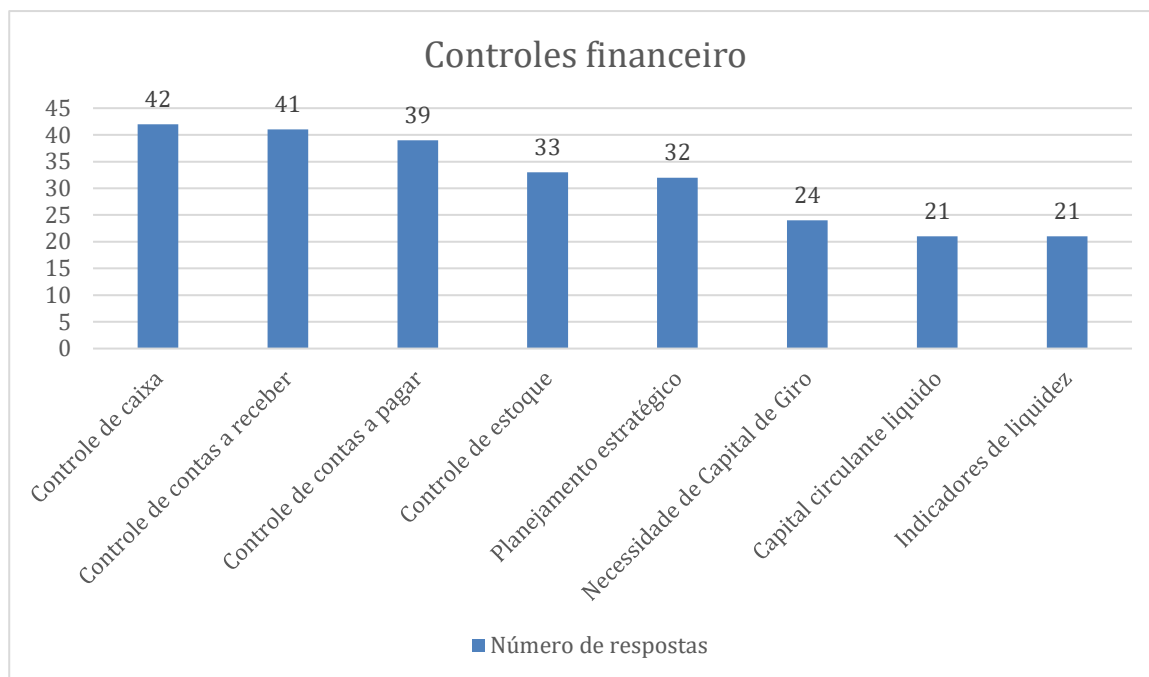
Verifica-se que os controles de fluxo de caixa, incluindo o próprio controle de caixa interno, são bem utilizados pelas MPes, tais controles que auxiliam na gestão financeira das suas empresas e nas tomadas de decisões. No entanto, os instrumentos de capital de giro, conforme apontados na tabela 4, são pouco utilizados.

Conforme Ferreira et al (2011), aquele que administra as MPes deve olhar com mais cuidado o seu controle do capital de giro, realizando um acompanhamento diário, visto que as empresas sofrem continuamente com os impactos causados pelas mudanças, seja por crises econômicas, sociais (externas) ou adversidades que surgem na gestão empresarial (internas).

Sendo que o capital de giro está associado aos recursos que circulam na empresa e que o mesmo tem uma boa participação no desempenho operacional das mesmas, a não utilização dos instrumentos pode estar atrelada ao estágio financeiro em que as empresas se encontram e também a formação dos gestores (falta ou pouca capacitação), fato que pode justificar a mortalidade precoce das MPes. Desse modo se faz necessário analisar a percepção dos gestores sobre os controles de capital de giro.

Na questão 14, buscou-se identificar a percepção em relação a gestão do capital de giro. A seguir (gráfico 7) são apresentadas as avaliações dos respondentes:

Gráfico 7 – Controles financeiros utilizados pelas MPEs na gestão de capital de giro



Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário aplicado as MPEs (2022).

Visto que há uma grande utilização dos controles de fluxo de caixa, mas os controles de gestão de capital de giro são pouco utilizados, se faz necessário entender como esse evento afeta as MPEs.

Indo ao encontro do estudo realizado por Ferreira et al (2011), com relação ao controle permanente do capital de giro, verifica-se que dedicar a atenção somente aos controles de caixa como as MPEs estão fazendo, não é suficiente, pois não otimizar o capital de giro, pode fazer com que a empresa não enxergue riscos que possa estar enfrentando, como a diminuição nas vendas, aumento dos custos e até mesmo o crescimento da inadimplência e nas tomadas de decisões

Buscando entender o processo de tomada de decisão no universo pesquisado, foram apresentadas quatro afirmações a respeito de possíveis ações presentes na gestão das empresas pesquisadas. Utilizou-se a da escala likert (quanto mais próximo de 0 não se aplica e quanto mais próximo de 6 concordância total) para avaliar a percepção dos respondentes, conforme evidenciado na tabela 5.

Tabela 5 – Tomada de decisão das MPEs

Afirmações	0	1	2	3	4	5	6
A tomada de decisão é concentrada no proprietário da empresa	3	8	3	2	7	12	13
Para tomar as decisões é necessário o uso de relatórios contábeis da empresa	11	1	6	3	7	13	8
As decisões são tomadas pela intuição do gestor	8	9	4	10	5	12	4
Há uma separação entre os gastos pessoas do(s) proprietário(s) e os gastos da empresa	4	4	1	7	10	7	14

Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário aplicado as MPEs (2022).

Identifica-se que em relação a tomada de decisão ser concentrada no proprietário da empresa 13 dos respondentes concordaram totalmente e apenas 3 discordaram, fato que reforça as características das MPEs elencadas por Cezarino e Campomar (2006), a qual está relacionada com a decisão ser concentrada no gestor da empresa

No que diz respeito as decisões serem tomadas com base em relatórios contábeis, 11 responderam que não se aplica e 1 que discorda, ou seja, que não utilizam dos relatórios para tomar as decisões e 13 responderam que concordam pouco, resposta que pode ser interpretada com que utilizam, mas que não acham tão importantes para tomar as decisões.

Já em relação as decisões serem tomadas pela intuição dos gestores, 12 responderam que concordam pouco, 10 responderam que discordam totalmente e 8 ficaram entre discordam pouco e concordam totalmente, juntando as pessoas que concordam pouco com quem discorda totalmente, sinalizam 22 repostas, resultado que mostra que na maioria das vezes as decisões não são tomadas somente pela intuição do gestor (CEZARINO E CAMPOMAR, 2006).

Por fim, a última afirmação era sobre a existência de uma separação entre os gastos pessoas do gestor e os gastos da empresa, 10 empresas sinalizaram concordar e 14 responderam concordar muito, resultado que indica que na maioria das MPEs da mesorregião, há uma separação financeira entre pessoa física e pessoa jurídica.

Os referidos resultados indicam certa maturidade das empresas pesquisadas, embora haja um percentual com baixa avaliação, evidenciando ser ainda um ponto a ser explorado no processo de gestão de Micro e Pequenas Empresas.

4.3 MAPEAMENTO DAS POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES PERCEBIDAS PELOS GESTORES DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS NA ADOÇÃO OU UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Esta sessão do questionário buscava analisar os pontos fortes e fracos, assim como as oportunidades e ameaças percebidas pelos representantes das MPEs.

Para analisar as potencialidades e limitações enfrentadas, elencadas pelos respondentes do questionário, utilizou-se os fundamentos da Matriz Swot, instrumento de gestão em âmbito de planejamento e estratégias.

Conforme Silva (2021), a matriz swot tem função de auxiliar na elaboração de planos estratégicos para enfrentar dificuldades. O modelo permite cruzar oportunidades e as ameaças do ambiente externo, as quais podem afetar uma organização e refletir no ambiente interno, evidenciando pontos fortes e fracos (figura 4).

Figura 4 – Representação de uma matriz swot



Fonte: AVcontábil (2022).

Para realização da referida análise foram selecionadas as afirmações mencionadas pelos respondentes. Inicialmente apresenta-se a avaliação em relação aos pontos fortes percebidos nas empresas participantes da pesquisa (figura 5).

Figura 5 – Nuvem de palavras de pontos fortes



Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas obtidas no questionário (2022).

As respostas sinalizam que as empresas tem uma atenção ao planejamento e aos aspectos relacionados a movimentação financeira, identificação realizada nos termos que destacam o indicador do contas a pagar e receber e fortalecidos no “monitoramento do fluxo de caixa”. O ambiente interno das referidas organizações é percebido nos termos evidenciados na figura 6.

Aumentar o investimento em marketing, ganhando mais visibilidade na internet e passando a aderir as plataformas de vendas on-line como o e-commerce, foram as principais alternativas enxergadas pelas MPEs para conseguir driblar a concorrência e a crise instalada pela pandemia. Além disso, a comercialização on-line com novas formas de pagamento, a exemplo do Pix, foi citada como uma alternativa que facilita a comercialização.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar como os gestores percebem a adoção de instrumentos de gestão financeira em suas Micro e Pequenas Empresas da Mesorregião do Centro-Sul Paranaense, com o intuito de identificar os instrumentos de gestão financeira utilizados pelas empresas.

Para o alcance do objetivo foram delineadas algumas etapas da pesquisa, as quais foram realizadas a partir da aplicação de um questionário encaminhado as empresas, por intermédio das associações comerciais e industriais com o apoio da CACICOPAR. O alcance desse objetivo foi construído a partir do delineamento de etapas, aqui denominadas de objetivos específicos.

Inicialmente analisou-se o ambiente socioeconômico em que as MPEs participantes da pesquisa estão inseridas. Os indicadores sociais de desenvolvimento (IDH, IDH-M, taxa de pobreza) evidenciam que a mesorregião Centro Sul está entre as regiões que apresentam os menores índices do Estado, os quais podem ser fruto do processo de formação histórica e social desses municípios e também sinalizam a carência de políticas públicas.

Em relação aos indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico, a análise considerou o PIB a preços correntes e VAF, os quais forneceram dados que possibilitaram constatar que o ambiente socioeconômico da mesorregião se encontra em um desenvolvimento progressivo.

A referida constatação é evidenciada pelo crescimento do setor terciário comparado aos demais setores (agropecuário e industrial). Dessa forma, um olhar mais atento dos governantes, em relação aos motivos do porquê o setor terciário teve crescimento maior que os demais, promove importante reflexão.

Quanto aos instrumentos de gestão financeira, a análise considerou as dimensões apresentadas por Couto, Fabiano e Ribeiro (2012): orçamento de capital; estrutura de capital; e gestão de capital de giro. No que diz respeito ao orçamento de capital, este que se relaciona com o modo que a empresa olha para o seu planejamento de investimentos e também a estrutura de capital, demonstrando como as empresas gerenciam o seu endividamento, contata-se que o endividamento das MPEs está ligado com os seus investimentos em ativos de giro do negócio, a exemplo de estoques e políticas de venda prazo.

Desse modo, diante das informações recolhidas, é possível reforçar que uma parte do endividamento das MPEs pesquisadas, se dá principalmente em: investimento em capital de giro, ampliação da empresa e desenvolvimento de novos projetos, mostrando a forte ligação dessas óticas com o planejamento, visto que precisam se planejar financeiramente para fazer financiamentos e investimentos.

Vale ressaltar ainda, que no que diz respeito a percepção dos gestores sobre como se dá a adoção dos instrumentos de gestão em suas MPEs, os mesmos utilizam basicamente o controles relacionados ao caixa, sendo o próprio fluxo de caixa, o controle interno de caixa, controle de contas a receber e o controle de contas a pagar. Os referidos controles têm relação direta com o caixa, pois relatam as entradas e as saídas de dinheiro das empresas.

Quanto a gestão de ativos a curto prazo e a utilização de controles financeiros na gestão empresarial, identificou-se que as MPEs pesquisadas não utilizam de controles relacionados à análise do capital de giro, como a necessidade de capital de giro, o capital circulante líquido e a tesouraria. Além disso, também não voltam suas análises ao ponto de equilíbrio nas empresas pesquisadas. Os resultados sinalizam um possível risco às empresas, pois somente os indicadores relacionados ao caixa, podem não fornecer uma visão concreta da situação financeira em que as empresas se encontram.

Com relação as potencialidade e limitações enfrentadas pelas MPEs em ambiente interno, de acordo com as empresas, um dos principais pontos fracos é em relação a demora na tomada de decisão, episódio este que pode estar atrelado ao fato de as MPES não utilizarem relatórios contábeis para tomar as suas decisões. Simultaneamente a falta de estoque também é elencada como um ponto fraco na gestão das MPEs pesquisadas, apontamento cuja justificativa pode estar relacionada ao número relevante (21) de empresas que não realizam um o controle de estoque continuamente.

Em resumo, a tomada de decisão é lenta internamente tendo grande possibilidade de estar atrelada com a preocupação do gestor com a entrada e saída de recursos, fazendo com que o mesmo priorize determinadas ações, que não sejam estruturadas em controles. No entanto, à medida que as empresas crescem, elas enxergam a necessidade estarem acompanhadas de instrumentos de gestão empresarial.

Quanto as limitações encontradas para fazer este estudo, destaca-se a região ser predominantemente agrícola e a falta de estudos relacionados ao ambiente econômico agrícola com dados atualizados.

Para pesquisas futuras acerca do tema sobre a adoção de instrumentos gerencias nas MPEs da mesorregião Centro-Sul paranaense, indica-se a realização de estudos que busquem entender porque da região, mesmo sendo predominantemente agrícola, seu poder econômico se concentra no setor terciário. Ampliar as investigações científicas em outros universos como cooperativas e indústrias podem trazer novas informações que se somaram a continuidade da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABENSUR, E. O. Orçamento de Capital: um caso especial de sequenciação de projetos. **REVISTA SCIELO**, Gest. Prod., São Carlos, v. 20, n. 4, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/pDjZ6xqtQFXDnQBq3YLXSGR/abstract/?lang=pt> . Acesso em setembro, 2021.

ASN. AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. Estudo do Sebrae revela que 52% das micro e pequenas empresas do Brasil são familiares. **Portal Agência Sebrae de Notícias**. Disponível em: <http://www.pi.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/PI/estudo-do-sebrae-revela-que-52-das-micro-e-pequenas-empresas-do-brasil-sao-familiares,53648bd548d1d510VgnVCM1000004c00210aRCRD> . Acesso em julho, 2021.

AEN. AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. PIB do Paraná cresce 1,07% no trimestre, terceira alta consecutiva. **Portal Agência Estadual de Notícias**. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=113494>. Acesso em setembro, 2021.

AEN. AGENCIA ESTADUAL DE NOTIIAS. PIB do Paraná cresce 4,8% nos três primeiros trimestres de 2021. Portal Agência Estadual de Notícias. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/PIB-do-Parana-cresce-48-nos-tres-primeiros-trimestres-de-2021#:~:text=No%20trimestre%2C%20o%20PIB%20totalizou,as%20adversidades%20vistas%20na%20agropecu%C3%A1ria>. Acesso em fevereiro, 2022.

ANDRADE, L. F. OLIVEIRA, I. P. Controle de estoque. **Revista Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 2, nov. 2011. Disponível em: <http://www.revista.fmb.edu.br/index.php/fmb/article/view/48/43> . Acesso em agosto, 2021.

ANDRADE, S. T; BOFF, C. D, S. Ferramentas de planejamento para tomada de decisão aplicadas a um microempreendedor individual (MEI). **Revista Contabilidade, Ciência da Gestão e Finanças** V. 2, N. 1, 2014. Disponível em: <http://ojs.fsg.br/index.php/rccgf/article/view/1252> . Acesso em maio, 2021.

AVCONTÁBIL. **Matriz Swot**, 2022. Disponível em: <https://avcontabil.com.br/matrizswot/> . Acesso em março, 2022.

BALDISSERA, C. NOVAC, R.; SELENKO, O; ANDRUCHECHEN, A. **Análise do ciclo operacional e financeiro**: um estudo de caso em uma empresa do ramo moveleiro de São Bento do Sul – SC. 2015. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3985/3986> . Acesso em maio, 2021.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. **Livraria Martins Fontes**, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf> . Acesso em outubro, 2021.

BASTOS, A. V. B.; SOUZA J. J.; COSTA, V. M. F.; PEIXOTO, A. L. A. A Adoção de Novas Práticas de Gestão: explorando o esquema cognitivo dos atores em empresas com diferentes padrões de inovação. **Revista de Ciências da Administração**. v.13, n.31, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2011v13n31p243/20848> . Acesso em junho, 2021.

BEUREN, I. M.; BARP, A. D; FILIPIN, R. Barreiras e possibilidades de aplicação da contabilidade gerencial em micro e pequenas empresas por meio de empresas de serviços contábeis. **Revista Contexto**, v. 13, n. 24, 2013. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/32370/pdf> . Acesso em junho, 2021.

BRAGA, R. ANÁLISE AVANÇADA DO CAPITAL DE GIRO. **Revista Scielo**, São Paulo, 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-92511991000100003&script=sci_arttext . Acesso em maio, 2021.

BRASIL, Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Dispõe sobre estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm . Acesso em maio, 2021.

BRITO, G. A. S; BATISTELLA, F. D; CORRAR, L. J. Fatores determinantes da estrutura de capital das maiores empresas que atuam no Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças**, R. Cont. Fin. USP São Paulo, n. 43, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/6pqnK9kLtbxwtwnLqWBfxFg/?lang=pt&format=html> . Acesso em setembro, 2021.

BOTASSIO, D. C; OLIVEIRA, G. B. Evolução setorial do emprego nas mesorregiões paranaenses. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 20, nº 2, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/5910/pdf> . Acesso em agosto, 2021.

BUFFON, G; CORTE, G. M. D; MELO, E. S. AVALIAÇÃO DA GESTÃO COMERCIAL NAS MPES NO SUDOESTE DO PARANÁ. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, v.7, n.2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cge/article/view/27533/23077> . Acesso em julho, 2021.

CACICOPAR. COORDENADORIA DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO CENTRO OESTE DO PARANÁ. Institucional, 2021. Disponível em: <https://www.cacicopar.com.br/p/institucional-sobre> . Acesso em set. 2021.

CAVALCANTE, R. B; CALIXTO, P; PINHEIRO, M. M. Análise de conteúdo: Considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n.1. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000/10871> . Acesso em set. 2021.

CEZARINO, L. O; CAMPOMAR, M. C. Micro e pequenas empresas: características estruturais e gerenciais. **Revista Hispec & Lema**, 2006. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/hispecielemaonline/sumario/10/19042010081633.pdf> . Acesso em maio, 2021.

COUTO, V. D; FABIANO, D; RIBEIRO, K. C. S. Gestão financeira de curto prazo: uma análise de comportamento das empresas do Ibovespa em resposta à crise econômica. **Revista Ciências Contábeis da UERJ**, v. 16, n. 3, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5421/4115> . Acesso em ago., 2021.

CUNHA, M. S; VASCONCELOS, M. R. Mercado de trabalho no Paraná: Primeiros efeitos da pandemia. 2020. Disponível em: <http://www.pce.uem.br/infraestrutura/MercadodetrabalhoatAbril.pdf> . Acesso em ago., 2021.

FERREIRA, J. F. A. **Análise de crédito**. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Municipal. Assis, 2010. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/argTccs/0911260614.pdf> . Acesso em ago., 2021.

FLICK, U. **UMA INTRODUÇÃO À PESQUISA QUALITATIVA**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. Acesso em ago., 2021.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A. V.; MOSCAROLA, J. O Método de pesquisa Survey. **Revista Administração**, São Paulo v. 35, n.3, 2000. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1138_1861_freitashenriq uerausp.pdf . Acesso em set., 2021.

FRIEDRICH, J. Fluxo de caixa – Sua importância e aplicação nas empresas. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, vol. ii n. 2 jun-nov/2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/115/3963> . Acesso em maio, 2021.

FORMENTI, M. C. L; MARTINS, I, C, S. Análise da Gestão Financeira nas Micro e Pequenas Empresas de Osasco. **REMIPE-Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco**, V. 1, N° 1, 2015. Disponível em: <http://remipe.fatecosasco.edu.br/index.php/remipe/article/view/90/157> . Acesso em maio, 2021.

FUSCO, J. P. A. Necessidade do capital de giro e nível de vendas. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, V. 36, n. 2, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/PnvHF3MqK84Yz7BNQfW6y7J/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em ago., 2021.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: **Atlas**, 2011. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> . Acesso em set., 2021.

GITMAN, L. J. **Princípios da administração financeira**. 10º edição, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/admin/Downloads/Principios%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%20-%20Lawrence%20Gitman.pdf> . Acesso em set., 2021.

GUEDES, T, A.; ACORSI, C. R. L; MARTINS, A. B. T.; JANEIRO, V. Estatística descritiva. 2020. Disponível em:

http://www.each.usp.br/rvicente/Guedes_etal_Estatistica_Descritiva.pdf . Acesso em setembro, 2021.

GUJARATI, Damodar N. **ECONOMETRIA BÁSICA**. 5º ed. Porto Alegre. AMGH, 2011. Acesso em ago., 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/> . Acesso em ago., 2021.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Base de dados do Estado – BDE**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em jan., 2022.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica Centro-Sul Paranaense**. Curitiba, 2004. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/RP_leituras_reg_meso_centro_sul_2004.pdf . Acesso em jun., 2021.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Referências ambientais e socioeconômicas para o uso do território do estado do paraná**. 2006. Disponível em: http://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/ipardes_2006.pdf . Acesso em ago., 2021.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Paraná em números**. 2019. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Parana-em-Numeros#> . Acesso em ago., 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produto Interno Bruto – PIB, 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php> . Acesso em mar ., 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. **Desafios do desenvolvimento: O que    ndice de Gini**, 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28 . Acesso em mar ., 2022.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/xexc0s0> . Acesso em ago., 2021.

JACCOUD, M; MAYER, R. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. **Editora Vozes, Petrópolis**, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1895937/mod_resource/content/1/04_OB-JACCOUD_MAYER.pdf . Acesso em set., 2021.

KLEIN, L; BRITO, L. A. **A influência dos fatores contingenciais na adoção de práticas de contabilidade gerencial nas indústrias paranaenses**. **Revista Universo Contábil**, vol. 13, núm. 3, 2017, pp. 90-119. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1170/117054197006.pdf> . Acesso em jun., 2021.

KON, A. Escola de administração de empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 1996. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3034> . Acesso em març., 2022.

LIMA, J.F. SILVA, J.S. O Desenvolvimento socioeconômico dos municípios da mesorregião diferenciada de águas emendadas, 2021. **Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão – INTERAÇÃO**. Disponível em:

<file:///C:/Users/admin/Downloads/499-Artigo-1933-2-10-20210707-1.pdf> . Acesso em març., 2022.

LIMA, J. F. RIBEIRO, L. A. Centralidade e disparidades socioeconômicas da região da Matopiba no Brasil, 2022. **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos – BARU**. Disponível em: <file:///C:/Users/admin/Downloads/9106-38410-1-PB.pdf> . Acesso em março, 2022.

LEONE, N. M. C. P. G. As especificidades das pequenas e médias empresas. **RAUSP Management Journal**, v. 34, n. 2, p. 91-94, 1999. Disponível em:

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/18123/as-especificidades-das-pequenas-e-medias-empresas/i/pt-br> . Acesso em junho, 2021.

LUCION, C. R. PLANEJAMENTO FINANCEIRO. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, vol, I. N.3, 2005. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/142/3955> . Acesso em maio, 2021.

MARTINELLI, L. L. DANDARO. F. Planejamento e controle de estoque nas organizações. **Revista Gestão Industrial**. v. 11, n. 02: p. 170-185, 2015. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/revistagi/article/view/2733> . Acesso em ago., 2021.

MENEGOTTO, M. L. A. *et al.* E. Práticas de Gestão Econômica e Financeira Adotadas por Redes de Empresas Estabelecidas no RS. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, [S. l.], Disponível em:

<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/477> . Acesso em ago., 2021.

MENDONÇA, A. C. **A gestão financeira no setor de contas a pagar**. Monografia apresentada á Universidade Candido Mendes, 2010. Disponível em:

http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K215606.pdf . Acesso em ago., 2021.

MORESI, E. **Metodologia da pesquisa**. Tese (pós-graduação). UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA – UCB. 2003. Acesso em ago., 2021.

MOTERLE, S. WERNKE, R. JUNGES, I. Conhecimento sobre gestão financeira dos dirigentes de pequenas empresas do sul de Santa Catarina. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**. Santa Catarina, Joaçaba, v. 18, n. 1, p. 31-56, jan./abr. 2019. Disponível em:

<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/16321> . Acesso em mar., 2021.

OLIVEIRA, D. C. Importância do Planejamento Financeiro. **Revista Intellectus**. 2012. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/20.210.pdf> . Acesso em ago., 2021.

OLIVEIRA, M; BERTUCCI, M. G. E. S. A pequena e média empresa e a gestão da informação. **Revista Informação & Sociedade: Est.**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 65-87, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/92595> . Acesso em abr., 2021.

PANOSSO, A; ESPEJO, M. M. S. B; ABBAS, K; CAMACHO, R. R. Influência das prioridades estratégicas na adoção de ferramentas de controle gerencial e no desempenho: um estudo empírico em empresas industriais paranaenses. **Revista Reflexão Contábil**. v. 39 n. 2 (2020). Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/43117> . Acesso em jun., 2021.

PASSADORI, G. Gestão financeira praticada pelas micro e pequenas empresas do alto do vale do Itajaí – SC. **Tese de Dissertação de mestrado**, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7485?show=full> . Acesso em jun., 2021.

PIRES, C. O. **Fatores determinantes da necessidade de capital de giro corporativa**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em ciências contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3328/Ci%c3%aaniala%20de%20Oliveira%20Pires.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em ago., 2021.

PELLISSARI, A. S.; GONZÁLEZ, I. V. D. P.; VANALLE, R. M. Competências gerenciais: um estudo em pequenas empresas de confecções. REAd. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 17, n. 1, p. 149-180, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/read/article/view/38710> . Acesso em abr., 2021.

RASOTO, A. *et al.* Gestão Financeira: enfoque em inovação. Curitiba: Aymará Educação, 2012. Disponível em: <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2062/1/gestaofinanceirainovacao.pdf> . Acesso em ago., 2021.

RAYMUNDO, P. R. O. O que é Administração? São Paulo: Brasiliense, 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZDhG3bshhshZzrKnPPbXzjd/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em ago, 2021.

RIBEIRO, A. P. Relação das micro e pequenas empresas com o PIB e o desemprego no Estado do Paraná. Laranjeiras do Sul, 2014. 14 p. **Monografia** – Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2970> . Acesso em abr., 2021.

SANTOS, Â. F. M. **Análise do repasse do valor adicionado fiscal** - VAF nas transferências do ICMS aos municípios cearenses. 2012. Dissertação (mestrado profissional em economia do setor público) - Programa de Pós Graduação em

Economia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6342> . Acesso em março, 2022.

SANTOS, L. M; FERREIRA, M. A. M; FARIA, E. R. Gestão Financeira de Curto Prazo: Características, Instrumentos e Práticas Adotadas por Micro e Pequenas Empresas. **Revista de Administração da Unimep**, vol. 7, núm. 3, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2737/273720558006.pdf> . Acesso em set., 2021.

SANTOS, V; DOROW, D. R; BEUREN, I. M. PRÁTICAS GERENCIAIS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Revista Ambiente Contábil**, vol. 8. n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente/article/view/2598/2191> . Acesso em maio, 2021.

SEIDEL, A. KUME, R. Contabilização das variações da necessidade de capital de giro. **Revista Contabilidade Finanças**, São Paulo, n. 31, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/FCjhKBZP4xXhfPs4bxSkxpw/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em ago., 2021.

SEBRAE. SSERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. SCartilha Índice de desenvolvimento municipal para micro e pequena empresa, 2010. Disponível em: http://sites.pr.sebrae.com.br/leigeral/wp-content/uploads/sites/35/2014/02/Cartilha_IDMPE_PR_-_junho_2011.pdf . Acesso em jun., 2021.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Pandemia é desafio à capacidade de resiliência e reinvenção do empreendedor brasileiro, 2020. Disponível em: <https://sebraers.com.br/pandemia-e-desafio-a-capacidade-de-resiliencia-e-reinvencao-do-empendedor-brasileiro-x/>. Acesso em abr., 2021.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, Pequenos negócios em números, 2018. Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=No%20Brasil%20existem%206%2C4,\(16%2C1%20milh%C3%B5es\)](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=No%20Brasil%20existem%206%2C4,(16%2C1%20milh%C3%B5es).). Acesso em abr., 2021.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, Sobrevivência das empresas no Brasil, 2016. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/documentos2/pesquisas/Sobrevivencia%20das%20Empresas%20no%20Brasil/Sobrevivencia%20de%20Empresas%20no%20Brasil%202016%20-%20FINAL.pdf> . Acesso em abr., 2021.

SETI. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. USF Universidade Sem Fronteiras. Disponível em: <http://www.seti.pr.gov.br/Pagina/Bom-Negocio-Parana#> . Acesso em jul., 2021.

SILVA, E. S. Gestão Financeira-Análise de Fluxos Financeiros. 2011. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/769/1/L_EduardoSilva_2011.pdf . Acesso em ago., 2021.

SILVA, L. R. P. et al. Pesquisa Documental: Alternativa investigativa na formação docente. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/3124_1712.pdf . Acesso em set., 2021.

SILVA NETO, A. T. Mensuração do grau de inovação de micro e pequenas empresas: estudo em empresas da cadeia têxtil- 61 confecção em Sergipe. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 8, n. 3, p.205-229, jul./ set . 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79233> . Acesso em abr., 2021.

SILVA, K. F. M. Análise de controle interno: estudo de caso no contas a pagar e receber das empresas Visaluz e Escola Shekinah. **Monografia** apresentada à Pós Graduação em Gestão Contábil e Financeira, do Curso de Ciências Contábeis, 2013. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1007> . Acesso em ago., 2021.

SILVA, V. G. M; FONSECA, F. Z; BITARAIS, E. A Um estudo sobre a administração do capital de giro nas micro e pequenas indústrias de fundição de Divinópolis, MG. vol. 7, núm. 3, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5606/560659010011/html/> . Acesso em set., 2021.

SILVA, A. H; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande, V.17, n.1, . 2015. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113> . Acesso em set., 2021.

SILVA, Andréia *et al.* A Utilização da Matriz Swot como Ferramenta Estratégica -um Estudo de Caso em uma Escola de Idioma de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/63505349/swot20200602-72500-2s0s5q.pdf> . Acesso em abr., 2021

SICSÚ, A. L ET AL. Escola de administração de empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3034> . Acesso em mar., 2022.

SIQUEIRA, L. S; BARBOSA, C. K. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, **Revista UNILUS Ensino e Pesquisa**, v.13, n.33, out./dez.2016. Disponível em: <http://revista.unilus.edu.br/index.php/ruep/article/view/802/u2016v13n33e802> . Acesso em maio, 2021.

SHUSTER, C. L. Causas de endividamento de micro e pequenas empresas do setor comércio varejista: grupo selecionado. **Monografia** apresentada o ao curso de Administração, da Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3585> . Acesso em set., 2021.

TAVARES, B.; FERREIRA, M. A. M.; LIMA, A. A. T. F. C. Identificação das práticas de gestão das micro e pequenas empresas: construindo uma escala de mensuração. **Revista de Negócios**, v. 14, n. 4, p. 11-27, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/admin/Downloads/Tavares Ferreira Lima_2009 Identificação-das-praticas-de-_5655.pdf . Acesso em maio, 2021.

TEIXEIRA, R. M. S. A importância das micro e pequenas empresas na geração de emprego no Brasil. **Trabalho de conclusão de curso** apresentado no curso de Economia da Universidade Federal da Bahia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15564> . Acesso em jul., 2021.

VIAPIANA, C. Fatores de sucesso e fracasso da micro e pequena empresa. **Dissertação** apresentada ao Curso de Mestrado em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/78873> . Acesso em jul., 2021.

APÊNDICE - A

APÊNDICE A – Relação dos municípios e coordenadoria de associação comercial.

Municípios	Associação comercial	Coordenadoria de associação comercial
Porto Barreiro	Não possui	CACICOPAR
Virmond	Não possui	CACICOPAR
Guarapuava	ACIG	CACICOPAR
Pinhão	ACIAP	CACICOPAR
Laranjeiras do Sul	ACILS	CACICOPAR
Pitanga	ACEPI	CACICOPAR
Candói	ACIERCAN	CACICOPAR
Cantagalo	ACIAC	CACICOPAR
Rio Bonito do Iguaçu	ACERBI	CACICOPAR
Turvo	ACET	CACICOPAR
Palmital	ACIP	CACICOPAR
Foz do Jordão	ACIFOZ	CACICOPAR
Laranjal	Não possui	CACICOPAR
Boa Ventura de São Roque	Não possui	CACICOPAR
Goioxim	ACEG	CACICOPAR
Reserva do Iguaçu	ACIRI	CACICOPAR
Marquinho	ACEM	CACICOPAR
Palmas	ACIPA	CACISPAR
Mangueirinha	ACIMAN	CACISPAR
Clevelândia	ACEC	CACISPAR
Coronel Domingos Soares	ACECEL	CACISPAR
Honório Serpa	ACEHS	CACISPAR
Quedas	ACIQI	CACIOPAR
Nova Laranjeiras	ACIN	CACIOPAR
Espigão Alto	Não possui	CACIOPAR

Inácio Martins	ACIIM	CACESUL
Mato Rico	Não possui	Não possui
Santa Maria do Oeste	Não possui	Não possui
Campina do Simão	Não possui	Não possui

Fonte: Elaborado pela autora (2021), adaptado de FACIAP (2021)

APÊNDICE – B

APÊNDICE B – PIB a preços correntes, agropecuário, industrial, comércio e serviços de 2010 e 2019.

Municípios	PIB a preços correntes			PIB Comércio e Serviços		
	2010	2019	%	2010	2019	%
Boa Ventura de S. Roque	98.338	217.787	121,46%	23.031	63.192	174,37%
Candói	220.622	492.422	123,19%	79.646	164.679	106,76%
Cantagalo	110.319	254.356	130,56%	34.144	82.570	141,82%
Clevelândia	185.785	514.030	173,68%	76.211	199.054	161,18%
Coronel D. Soares	83.953	193.079	129,98%	12.494	35.686	185,62%
Espigão Alto do Iguaçu	50.146	119.779	138,86%	9.903	25.717	159,68%
Foz do Jordão	49.247	123.720	151,22%	11.389	29.840	162%
Goioxim	68.346	176.935	158,88%	11.645	44.025	278,05%
Guarapuava	2.507.593	6.105.775	143,98%	1.273.104	3.130.222	145,87%
Honório Serpa	90.419	194.856	115,50%	19.215	46.385	141,39%
Inácio Martins	94.409	172.975	183,21%	22.100	49.448	123,74%
Laranjal	40.100	84.534	110,80%	5.765	17.892	210,35%
Laranjeiras do Sul	293.246	789.855	169,34%	135.520	381.038	181,16%
Mangueirinha	710.548	1.460.780	105,58%	92.832	260.145	180,23%
Marquinho	38.354	82.918	116,19%	6.162	17.869	190%
Nova Laranjeiras	86.392	220.897	155,69%	17.576	58.342	231,94%
Palmas	510.692	1.162.350	127,60%	230.545	488.602	112%
Palmital	106.667	253.354	137,51%	34.891	96.702	177,15%
Pinhão	737.356	1.573.504	113,39%	90.117	210.060	133,09%
Pitanga	351.704	867.238	146,58%	144.423	401.701	178,14%
Reserva do Iguaçu	66.641	166.949	150,51%	11.596	31.155	168,67%
Rio Bonito do Iguaçu	119.411	308.939	158,71%	25.084	85.416	240,51%
Turvo	201.962	431.505	113,65%	38.490	100.645	161,48%
Média	106.667	253.354	138,19%	25.084	82.570	168,67%

(continua)

Municípios	PIB Industrial			PIB Agropecuário		
	2010	2019	%	2010	2019	%
Boa Ventura de S. Roque	7.586	22.983	203%	46.246	67.666	46%
Candói	13.601	37.232	174%	73.684	172.595	134%
Cantagalo	6.030	13.117	118%	35.754	82.145	130%
Clevelândia	10.311	80.884	684%	48.271	118.944	146%
Coronel D. S.	12.205	30.390	149%	37.604	75.142	100%
Espigão Alto	2.178	10.209	369%	23.891	51.789	117%
Foz do J.	5.921	20.680	249%	16.308	40.782	150%
Goioxim	3.065	5.792	89%	35.762	83.712	134%
Guarapuava	486.300	1.087.153	124%	154.184	351.453	128%
Honório Serpa	15.400	24.774	61%	34.374	76.592	123%
Inácio Martins	7.491	18.519	147%	35.576	40.108	13%
Laranjal	1.191	2.620	120%	17.021	31.162	83%
Laranjeiras do Sul	28.040	81.804	192%	42.809	112.366	162%
Mangueirinha	501.118	900.441	80%	59.069	163.053	176%
Marquinho	1.423	2.715	91%	17.758	34.228	93%
Nova Laranjeiras	4.306	9.549	122%	36.285	84.965	134%
Palmas	96.820	224.693	132%	57.792	120.282	108%
Palmital	4.377	17.935	309%	30.516	59.729	96%
Pinhão	502.943	994.913	98%	61.556	176.501	187%
Pitanga	28.353	73.021	158%	85.371	183.842	115%
Reserva do Iguaçu	6.839	20.551	201%	27.527	65.735	139%
Rio Bonito do Iguaçu	6.891	12.246	78%	51.275	127.308	148%
Turvo	93.303	150.358	61%	26.187	77.152	195%
Média	7.586	22.983	132%	36.282	82.145	130%

Fonte: Elaborado pela autora (2022), adaptado de IPARDES 2022).

APÊNDICE – C

APÊNDICE C – VAF dos municípios que compõem a região estudada dos anos de
2010 e 2019

Municípios	VAF Industria			VAF Comércio e serviços		
	2010	2019	%	2010	2019	%
Boa Ventura de S. Roque	22.881.512	74.322.440	225%	15.556.446	76.190.527	340%%
Candói	143.079.093	49.806.101	65%	27.219.207	89.125.052	227%
Cantagalo	5.965.791	17.685.062	196%	12.484.692	25.112.351	101%
Clevelândia	13.188.644	24.934.838	89%	27.619.256	113.188.537	310%
Coronel D. S.	18.596.647	60.033.794	223%	14.696.143	45.727.937	211%
Espigão Alto	997.058	16.182.274	99%	3.156.954	10.478.233	232%
Foz do J.	67.249.020	139.847.311	107%	5.687.505	4.536.577	20%
Goioxim	1.239.547	3.550.809	186%	11.6450	44.025	278%
Guarapuava	532.536.277	1.493.663.010	180%	736.769.502	1.573.654.993	113%
Honório Serpa	22.804.077	42.258.475	85%	10.367.919	12.719.149	23%
Inácio Martins	10.082.905	36.197.660	259%	11.884.390	57.683.525	385%
Laranjal	1.078.146	1.987.878	84%	2.766.815	4.196.986	52%
Laranjeiras do Sul	24.747.549	84.149.023	240%	52.429.309	103.272.217	97%
Mangueirinha	467.558.670	1.225.149.995	162%	55.557.727	191.063.231	244%
Marquinho	682.437	1.889.393	177%	1.806.585	4.048.787	124%
Nova Laranjeiras	1.735.562	4.841.205	179%	6.615.538	14.188.387	114%
Palmas	110.198.698	341.137.806	209%	120.017.892	381.375.925	218%
Palmital	4.254.297	12.284.729	189%	11.306.118	48.657.311	330%
Pinhão	196.905.510	873.021.955	343%	33.537.898	93.870.884	179%
Pitanga	14.233.839	97.894.307	588%	53.298.273	193.335.825	263%
Reserva do Iguaçu	4.934.738	10.760.487	118%	2.561.357	8.381.364	227%
Rio Bonito do Iguaçu	124.182.843	54.562.429	56%	10.019.889	45.820.827	357%
Turvo	82.687.610	166.245.865	101%	12.895.881	35.566.005	176%
Média	18.596.647	49.806.101	178,94%	12.484.692	45.820.827	219,19%

Fonte: Elaborado pela autora (adaptado de IPARDES, 2022).

APÊNDICE – D

APÊNDICE D– IDM-M e taxa de pobreza dos municípios da região estudada de
2010

Municípios	IDH-M	Taxa de pobreza (%)
Candói	0,635	22,52
Cantagalo	0,635	23,91
Foz do Jordão	0,645	19,52
Goioxim	0,641	33,13
Guarapuava	0,731	8,92
Laranjeiras do Sul	0,706	14,43
Marquinho	0,614	28,88
Palmital	0,639	22,48
Pinhão	0,654	24,66
Pitanga	0,702	14,41
Reserva do Iguaçu	0,648	27,81
Rio Bonito do Iguaçu	0,629	24,24
Turvo	0,675	17,24
Palmital	0,636	22,48
Foz do Jordão	0,645	19,52
Laranjal	0,585	31,17
Boa V. de S. Roque	0,655	24,01
Goioxim	0,641	33,13
Reserva do Iguaçu	0,648	27,81
Marquinho	0,614	28,88
Palmas	0,660	16,63
Mangueirinha	0,688	16,79
Clevelândia	0,694	13,41
Coronel D. Soares	0,600	35,15
Honório Serpa	0,683	18,84
Quedas do Iguaçu	0,681	20,83
Nova Laranjeiras	0,642	36,01
Espigão Alto	0,636	31,81
Inácio Martins	0,600	27,21
MÉDIA	0,645	23,91

Fonte: Elaborado pela autora (adaptado de IPARDES, 2022).

APENDICE - E**APÊNDICE E – Controles financeiros utilizados pelas MPes**

Conjunto de controles financeiros	Número de escolha
Planejamento estratégico	32
Controle de caixa	42
Controle de contas a receber	41
Controle de contas a pagar	39
Controle de estoque	33
Capital circulante líquido (CCL)	21
Necessidade de capital de giro (NCG)	24
Indicadores de liquidez	21

Fonte: Elaborado pela (2022).

APÊNDICE – F

Instrumento de coleta de dados – QUESTIONÁRIO

Prezado (a) participante,

Solicitamos sua colaboração para participar desta pesquisa, cujo propósito é analisar como os gestores percebem a adoção de instrumentos de gestão financeira nas Micros e Pequenas Empresas da Mesorregião do Centro-Sul Paranaense. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida pela discente Nara Kaline Ferreira Petça orientada pelo Dr. Antonio Maria da Silva Carpes. O estudo é um trabalho de conclusão do curso de ciências econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

O enfoque desta pesquisa é justificado pela relevância econômica das micro e pequenas empresas no âmbito nacional. Segundo estudo realizado pelo Sebrae (2020), no ano de 2020 registrou-se o maior nível de empreendedorismo da história brasileira, pois a população percebeu na atividade empreendedora uma forma de aumentar a sua renda. Nesse período, as MPEs representaram cerca de 99% de todas as empresas do país, as quais eram responsáveis por 30% do PIB brasileiro.

Ademais, este estudo pode ser uma fonte de consulta para pesquisas posteriores e também para empreendedores, possibilitando que os mesmos possam fazer análises, avaliar e aprimorar sua forma de conduzir e gerir seu negócio. Importante ressaltar que as informações contribuirão para que as empresas da região, unidas coletivamente em suas respectivas associações, possam desenvolver atividades em conjunto para melhor capacitar e orientar a economia empresarial. Da mesma forma, auxiliando as prefeituras na criação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento econômico e social local.

Os dados desta pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos. Sua colaboração é fundamental, pois quanto mais empresas e gestores estiverem engajados e participarem, mais significativas serão as informações coletadas e mais fiel será o retrato da realidade.

Gostaríamos de ressaltar que a pesquisa será conduzida por procedimentos éticos, visando assegurar a confidencialidade dos participantes da pesquisa. Será mantido sigilo absoluto sobre suas respostas, portanto, você não será identificado e nem exposto. Não existe resposta certa ou errada. Sua resposta deve exprimir exatamente o que você pensa sobre cada afirmativa no ambiente de sua organização.

Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos sobre questões do questionário, entre em contato com: Nara Kaline Ferreira Petça (narapfk@hotmail.com) ou Antonio Maria da Silva Carpes (antonio.carpes@uffs.edu.br).

Desde já agradecemos sua participação

NARA KALINE FERREIRA PETÇA

Discente

ANTONIO MARIA DA SILVA CARPES

Docente

BLOCO I - DADOS DA EMPRESA

Razão social: _____

Cidade Sede da empresa: _____

E-mail da empresa: _____

DADOS DO RESPONDENTE

Cargo dentro da empresa: _____

Gênero: () Masculino () Feminino () Outro () Prefiro não dizer

Idade: () 18 a 30 () 31 a 40 () 41 a 50 () 51 a cima

BLOCO II - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1. Qual é o setor de atividade da empresa?
☐ Comércio
☐ Serviços
☐ Indústria
2. Qual o número de funcionários que a empresa tem atualmente?
☐ Até 10 funcionários
☐ Acima de 10 até 20 funcionários
☐ Entre 20 e 100 funcionários
☐ Mais de 100 funcionários
3. Qual é o faturamento anual da empresa?
☐ Igual ou inferior a 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)
☐ Maior que 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) Até o valor de 4,8 milhões de reais.
☐ Superior a 4,8 milhões de reais até trezentos milhões de Reais
☐ Maior que trezentos milhões de Reais
4. Sua empresa atua no mercado a:
☐ Menos de cinco anos
☐ Entre 5 anos até 10 anos
☐ Entre 10 anos até 20 anos
☐ Entre 20 anos até 40 anos
☐ mais de 40 anos
5. O planejamento financeiro baseia-se em dar a sustentação necessária para executar planos estratégicos de curto e longo prazo com propósitos de alcançar as metas orçamentárias estipuladas. Diante disso, **a sua empresa realiza planejamento financeiro?**
 - a. Sim
 - b. Não

6. Orçamento empresarial é um **documento que reúne e detalha todas as receitas e despesas de uma empresa ao longo de um período** pré-definido (Anual, semestral, trimestral). A empresa possui orçamento empresarial? (PODE MARCAR MAIS QUE UMA ALTERNATIVA).

- a. Não há um orçamento empresarial estruturado na empresa
- b. Sim, há uma previsão de receitas, gastos e resultado (orçamento operacional)
- c. Sim, há uma previsão de investimentos (orçamento de capital)
- d. Sim, há uma precisão e entradas e saídas de recursos financeiros (orçamento de caixa)

7. Indique o nível de discordância ou concordância em relação as afirmações referentes a gestão de sua empresa:

0 – Não se aplica

1 – Discordo 2 – Discordo pouco, 3 - Discordo totalmente

4 – Concordo 5 – Concordo pouco 6 - Concordo totalmente

Caso a afirmação não se aplique a sua empresa ou você desconheça por completo a afirmação, assinale **NÃO SE APLICA (0)**.

Caso concorde ou discorde da afirmação, assinale o nível de intensidade em relação a sua escolha.

Afirmações	0 – Não se aplica	1	2	3	4	5	6
		Discorda			Concorda		
A tomada de decisão é concentrada no proprietário da empresa							
Para tomar as decisões é necessário o uso de relatórios contábeis da empresa							
As decisões são tomadas pela intuição do gestor							
Há uma separação entre os gastos pessoais do (s) proprietário (s) e os gastos da empresa							

BLOCO III – ORÇAMENTO DE CAPITAL

A gestão de ativos de longo prazo configura-se no planejamento de investimentos, também denominado de orçamento de capital. O processo de orçamento de capital implica em investimentos fixos, os quais necessitam de um planejamento prévio necessário para executar os projetos da empresa (ABENSUR, 2013).

8. Indique o nível de discordância ou concordância em relação as afirmações referentes a gestão de sua empresa:

0 – Não se aplica

1 – Discordo; 2 – Discordo pouco; 3 - Discordo totalmente;

4 – Concordo; 5 – Concordo pouco; 6 - Concordo totalmente.

Caso a afirmação não se aplique a sua empresa ou você desconheça por completo a afirmação, assinale **NÃO SE APLICA (0)**.

Caso discorde da afirmação ou concorde com ela, você irá marcar a intensidade com que concorda ou discorda da referida afirmação.

Orientações	0 – Não se aplica	1	2	3	4	5	6
		Discorda			Concorda		
Os investimentos realizados pela empresa precisam estar alinhados ao planejamento empresarial.							
A participação de investidores externos no negócio pode ajudar no crescimento da empresa e na atração de novos investimentos.							
Utilização de técnicas de viabilidade econômica são necessárias na projeção e avaliação dos projetos de investimento							
A empresa deve fazer acompanhamento periódico das receitas e gastos oriundas de investimentos							
A empresa deveria realizar análise de sensibilidade na avaliação dos projetos de							

investimentos [máquinas, equipamentos, imóveis, fábricas etc.].							
---	--	--	--	--	--	--	--

BLOCO IV – ESTRUTURA DE CAPITAL

Brito, Batistella e Corrar (2006) relatam que a estrutura de capital ou a gestão de capital a longo prazo refere-se ao modo que as empresas utilizam o capital próprio e de terceiros para subsidiar seus ativos. Capital próprio são os recursos disponibilizados pelos sócios ou acionistas, ao passo que capital de terceiros são os recursos adquiridos através de dívidas contraídas com bancos, fornecedores e outros credores não ligados ao quadro social da empresa.

9. A utilização de recursos financeiros (capital) para financiar as atividades da empresa é buscada com: (PODE MARCAR MAIS QUE UMA ALTERNATIVA).
 - a. Sócios;
 - b. Instituições financeiras (bancos tradicionais);
 - c. Cooperativas de crédito;
 - d. Assistência familiar;
 - e. Outros

10. Quando a empresa recorre a instituições financeiras para captar recursos:
 - a. Acompanha a taxa de juros
 - b. Capta independente da taxa juros

11. Os recursos que a sua empresa capta para investimentos são financiamentos de:
 - a. Recursos de curto prazo (12 meses)
 - b. Recursos de longo prazo (mais de 12 meses)

12. Considerando o atual cenário econômico, recorrer a um empréstimo (financiamento) de recursos, estaria vinculado a qual motivo? (PODE MARCAR MAIS QUE UMA ALTERNATIVA).
 - a. Investimento em capital de giro
 - b. Compra de matéria prima ou mercadorias
 - c. Ampliação da empresa
 - d. Investimento em máquinas e equipamentos
 - e. Refinanciamento de dívidas

f. Desenvolvimento de novos projetos

g. Outros_____

BLOCO V – GESTÃO DE ATIVOS DE CURTO PRAZO

Capital de giro insere-se no contexto das decisões financeiras de curto prazo, envolvendo a gestão de ativos e passivos circulantes. Toda empresa precisa buscar um nível satisfatório de capital de giro, afim de garantir a sustentação de sua atividade operacional (SANTOS; FERREIRA E FARIA, 2009).

13. Com relação aos controles financeiros avalie a presença dos mesmos indicando o seu grau de utilização na gestão da sua empresa:

- a. Não utilizo (não existe);
- b. Utilizo pouco;
- c. Utilizo raramente;
- d. Utilizo as vezes;
- e. Utilizo frequentemente.

Controles	1	2	3	4	5
Análise do capital de giro a partir de indicadores como Capital Circulante Líquido, Necessidade de Capital de Giro e Tesouraria					
Análise da quantidade de produtos que precisam ser vendidos para cobrir os custos (ponto de equilíbrio)					
Análise do retorno sobre os recursos que foram investidos na empresa (Retorno sobre investimentos)					
Planejamento financeiro					
Controle de estoque					
Controle de contas a pagar					
Controle de contas a receber					
Controle de custos de produção					
Controle interno de caixa					

14. Dos controles listados a seguir, quais você avalia como necessários para uma gestão eficaz do capital de giro? (PODE MARCAR MAIS QUE UMA ALTERNATIVA).

- ☐ Planejamento estratégico
- ☐ Controle de caixa
- ☐ Controle de contas a receber
- ☐ Controle de contas a pagar
- ☐ Controle de estoques
- ☐ Capital circulante líquido
- ☐ Necessidade de capital de giro
- ☐ Indicadores de liquidez

15. A não utilização de determinados controles financeiros (apontados na pergunta anterior), ocorre devido:

- ☐ Não vejo necessidade de utilizar
- ☐ Não sei a importância deles para a minha empresa
- ☐ Não tenho instrução de como utilizar esses instrumentos (controles)
- ☐ Todos os controles financeiros apontados são utilizados

16. De que modo ou forma você verifica que sua empresa é lucrativa? (PODE MARCAR MAIS QUE UMA ALTERNATIVA).

- ☐ Comparando as entradas e saídas de dinheiro (caixa e extrato – saldo - bancário)
- ☐ Relação entre o dinheiro que sobrou no (Saldo bancário) e o investimento realizado na empresa.
- ☐ Demonstração de Resultado apresentado pela contabilidade
- ☐ Não sei verificar se a minha empresa é lucrativa
- ☐ Outro _____

17. Na sua percepção, o capital de giro tem por finalidade (PODE MARCAR MAIS QUE UMA ALTERNATIVA):

- ☐ Suprir a falta de dinheiro no caixa
- ☐ Auxiliar no pagamento de contas a pagar,
- ☐ Suprir perdas com a inadimplência,

- () Fomentar a compra de estoques
- () Pagar dívidas financeiras com bancos
- () Pagar folha de pagamento

BLOCO VII – MAPEAMENTO DAS POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES
--

18. Atualmente, quais são os pontos fortes na gestão da sua organização?

(Para ajudar na sua resposta, os **pontos fortes** podem ser definidos como qualquer recurso ou atividade que possa ser usado para melhorar a participação da empresa no mercado ou aumentar desempenho financeiro).

19. Em relação aos pontos fracos na gestão da sua organização, quais você identifica?

(Para ajudar na sua resposta, os **pontos fracos** são quaisquer recursos ou atividade que podem causar uma perda de vantagem competitiva, posição ou estado financeiro da empresa).

20. Que oportunidades você observa serem possíveis para melhorar o desempenho da empresa?

(Para ajudar na sua resposta, **oportunidades** são referentes a atividades que a empresa ainda não realiza, mas que podem ajudar a aumentar o faturamento ou ganhar mais visibilidade).

21. Na sua visão, quais são as ameaças que a sua empresa possa vir a enfrentar?

(Para ajudar na sua resposta, as **ameaças** estão relacionadas com quaisquer acontecimentos ou atitudes que possam acarretar riscos a sua empresa).